

ÍNDICE

2.2.4.4.7 -	Uso e Ocupação do Solo.....	1/70
-------------	-----------------------------	------

Legendas

Quadro 2.2.4.4.7-1 - Situação dos produtores na Área de Estudo Municipal (AEM) (%).....	3/70
Figura 2.2.4.4.7-1 – Tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários na Área de Estudo Municipal (AEM).....	4/70
Quadro 2.2.4.4.7-2 – Tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários nos municípios da Área de Estudo Municipal (AEM)	6/70
Quadro 2.2.4.4.7-3 – Projetos de Assentamento na Área de Estudo Municipal (AEM)	7/70
Quadro 2.2.4.4.7-4 - Área dos Estabelecimentos agropecuários por utilização na Área de Estudo Municipal (AEM)	10/70
Quadro 2.2.4.4.7-5 - Área plantada em lavouras na Área de Estudo Municipal (AEM)	12/70
Figura 2.2.4.4.7-2 - Traçado da LT em Monte Alegre do Piauí (PI)	14/70
Figura 2.2.4.4.7-3 - Traçado da LT em Júlio Borges (PI).....	15/70
Figura 2.2.4.4.7-4 - Traçado da LT em Buritirama (BA).	16/70
Quadro 2.2.4.4.7-6 - Empreendimentos em Gentio do Ouro (BA).....	17/70
Figura 2.2.4.4.7-5 - Traçado da LT em Gentio do Ouro (BA).....	18/70
Figura 2.2.4.4.7-6 - Traçado da LT em Central (BA).....	20/70
Figura 2.2.4.4.7-7 – Traçado da LT em Jussara (BA)	21/70
Figura 2.2.4.4.7-8 - Traçado da LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ouarolândia II em Morro do Chapéu (BA).....	22/70
Figura 2.2.4.4.7-9 - Traçado da LT em América Dourada (BA).....	24/70
Quadro 2.2.4.4.7-7 – Divisão da Área de Estudo Local (AEL) por trechos	25/70
Quadro 2.2.4.4.7-8 - Pontos de Ocupação Humana na Área de Estudo Local (AEL)	26/70
Figura 2.2.4.4.7-10 - Plantação de milho e outras culturas no município de América Dourada (BA)	29/70

Figura 2.2.4.4.7-11 - Sementes de mamona produzidas no município de Jussara (BA)	29/70
Figura 2.2.4.4.7-12 - Criação de bovinos em Gentio do Ouro (BA).....	30/70
Figura 2.2.4.4.7-13 - Ovinos em Buritirama (BA)	30/70
Quadro 2.2.4.4.7-9 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 01 – Área de Estudo Local (AEL).....	32/70
Figura 2.2.4.4.7-14 - PA Piaçava – Parnaguá/PI	35/70
Figura 2.2.4.4.7-15 - PA Piaçava – Parnaguá/PI	35/70
Figura 2.2.4.4.7-16 - Criação de Caprinos em Baixão dos Oliveiras – Buritirama/BA	36/70
Figura 2.2.4.4.7-17 - Comunidade Fundo de Pasto Brejão – Buritirama/BA.....	36/70
Figura 2.2.4.4.7-18 - UBS em Poço da Jurema – Buritirama/BA	36/70
Figura 2.2.4.4.7-19 - Poço da Jurema – Buritirama/BA.....	36/70
Figura 2.2.4.4.7-20 - Povoado Grota – Barra/BA	37/70
Figura 2.2.4.4.7-21 - Povoado Grota – Barra/BA	37/70
Figura 2.2.4.4.7-22 - Povoado Lagoa da Onça – Barra/BA	38/70
Figura 2.2.4.4.7-23 - Povoado Fazenda Santiago – Xique – Xique/BA	39/70
Figura 2.2.4.4.7-24 - Povoado Fazenda Santiago – Xique – Xique/BA	39/70
Quadro 2.2.4.4.7-10 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 02 - Área de Estudo Local (AEL)	40/70
Figura 2.2.4.4.7-25 - Casa de farinha tradicional em Gentio do Ouro (BA).....	41/70
Figura 2.2.4.4.7-26 - Casa de farinha modernizada em Ipupiara (BA)	41/70
Figura 2.2.4.4.7-27 - Edificação histórica em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA.....	42/70
Figura 2.2.4.4.7-28 - Edificações históricas em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA.....	42/70
Figura 2.2.4.4.7-29 - Igreja em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA.....	43/70

Figura 2.2.4.4.7-30 - Edificações em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA.....	43/70
Figura 2.2.4.4.7-31 – Produção de Farinha de Mandioca na Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo – Gentio do Ouro/BA.....	44/70
Figura 2.2.4.4.7-32 - Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo – Gentio do Ouro/BA.....	44/70
Figura 2.2.4.4.7-33 – Povoado Cedro – Gentio do Ouro/BA.....	45/70
Figura 2.2.4.4.7-34 – Igreja, Cruzeiro e Cristo no Povoado Cedro – Gentio do Ouro/BA.....	45/70
Figura 2.2.4.4.7-35 - Plantação de Palma no Povoado Silvério – Gentio do Ouro/BA.....	46/70
Figura 2.2.4.4.7-36 - Povoado Silvério – Gentio do Ouro/BA	46/70
Figura 2.2.4.4.7-37 - Povoado Caiçara – Ipupiara/BA.....	48/70
Figura 2.2.4.4.7-38 – Povoado Axuré – Ipupiara/BA	48/70
Figura 2.2.4.4.7-39 - Povoado Boa Vista – Brotas de Macaúbas/BA	49/70
Figura 2.2.4.4.7-40 - LT no Povoado Santa Cruz – Brotas de Macaúbas.....	49/70
Quadro 2.2.4.4.7-11 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 03 – Área de Estudo Local (AEL)	49/70
Figura 2.2.4.4.7-41 – Povoado Riachão – Gentio do Ouro/BA.....	51/70
Figura 2.2.4.4.7-42 – Igreja Centenária no Povoado Riachão – Gentio do Ouro/BA.....	51/70
Figura 2.2.4.4.7-43 - Compradores locais de mamona e milho em São Gabriel (BA).....	52/70
Figura 2.2.4.4.7-44 - Acampamento Água Quente, em Itaguaçu da Bahia (BA).....	52/70
Figura 2.2.4.4.7-45 – Comunidade Quilombola Vereda – Central/BA.....	53/70
Figura 2.2.4.4.7-46 - Comunidade Quilombola Vereda – Central/BA.....	53/70
Figura 2.2.4.4.7-47 -Plantação e LT na Fazenda Canadá – Central/BA.....	54/70
Figura 2.2.4.4.7-48 – Povoado Larga do Helói – Jussara/BA.....	55/70

Figura 2.2.4.4.7-49 – Povoado Alto Bonito – Jussara/BA.....	55/70
Figura 2.2.4.4.7-50 – Comunidade Quilombola Carozal – São Gabriel/BA	56/70
Figura 2.2.4.4.7-51 – Povoado Boqueirão do Ezequiel – São Gabriel/BA	57/70
Figura 2.2.4.4.7-52 – Povoado Boqueirão do Guilhermino – São Gabriel – BA	57/70
Figura 2.2.4.4.7-53 – Povoado Umburaninhas – Morro do Chapéu/BA	57/70
Figura 2.2.4.4.7-54 – Povoado Umburaninhas – Morro do Chapéu/BA	57/70
Quadro 2.2.4.4.7-12 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 04 – Área de Estudo Local (AEL).....	58/70
Figura 2.2.4.4.7-55 – Plantação irrigada em João Dourado (BA)	59/70
Figura 2.2.4.4.7-56 – Fazenda Lagoa do Xique-Xique – Morro do Chapéu/BA.....	60/70
Figura 2.2.4.4.7-57 - Comunidade Quilombola Serra Azul – João Dourado/BA.....	61/70
Figura 2.2.4.4.7-58 - Comunidade Quilombola Serra Azul – João Dourado/BA.....	61/70
Figura 2.2.4.4.7-59 – Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Povoado Lapinha – América Dourada/BA.....	62/70
Figura 2.2.4.4.7-60 – Comunidade Quilombola Canabrava – América Dourada/BA	62/70
Figura 2.2.4.4.7-61 – PA Recreio – Morro do Chapéu/BA.....	63/70
Figura 2.2.4.4.7-62 - PA Recreio – Morro do Chapéu/BA	63/70
Figura 2.2.4.4.7-63 – Plantação de Mamona em Espinheiro II – Morro do Chapéu/BA.....	64/70
Figura 2.2.4.4.7-64 - Trator no Povoado Espinheiro II – Morro do Chapéu/BA.....	64/70
Figura 2.2.4.4.7-65 - Paralelismo com a LT 500 kV Miracema – Sapeaçu em Gilbués (PI) e Monte Alegre do Piauí...66/70	
Figura 2.2.4.4.7-66 - Paralelismo com a LT 500 kV Miracema – Sapeaçu em Riacho Frio (PI).....66/70	
Figura 2.2.4.4.7-67 - Cruzamento com LT existente em Brotas de Macaúbas (BA).....67/70	

Figura 2.2.4.4.7-68 - Placa da LT 230 kV Gentio do Ouro – Irecê em Central (BA).....	68/70
Figura 2.2.4.4.7-69 - Torre da LT 230 kV Gentio do Ouro – Irecê na Fazenda Canadá em Central (BA).....	68/70
Quadro 2.2.4.4.7-13 - Usos proibidos e permitidos na Faixa de Servidão da LT.	69/70

2.2.4.4.7 - Uso e Ocupação do Solo

Este item apresenta a caracterização do uso e ocupação do solo nas áreas de estudo – Área de Estudo Municipal (AEM) e Área de Estudo Local (AEL), do Meio Socioeconômico, com base nas informações solicitadas no Termo de Referência (TR) que norteia este documento.

Inicialmente é caracterizada a estrutura fundiária dos municípios contemplados na AEM, com dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) e do sítio eletrônico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em seguida são identificados os principais usos do solo na AEM, com informações referentes ao tipo de uso e tamanho dos estabelecimentos agropecuários, bem como às áreas ocupadas por lavouras permanentes e temporárias, utilizando também dados do Censo Agropecuário de 2006, bem como da pesquisa “Produção Agrícola Municipal”, referente ao ano de 2013, disponível no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE.

Prossegue-se à caracterização das áreas urbanas e rurais dos municípios, bem como às tendências de expansão próximas ao empreendimento. Os casos em que foram identificados cenários de expansão na AEL, estes foram ilustrados em figuras. Para caracterização dos territórios municipais foram consultados os Setores Censitários do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, enquanto as tendências de expansão consideraram informações coletadas nas campanhas de campo realizadas para caracterização socioeconômica da AEM e AEL, bem como análise de imagens de satélite e dispositivos legais municipais, quando existentes.

O uso e ocupação do solo na AEL tem subitens específicos que tratam das atividades produtivas locais, a partir de observação *in loco*. Importante ressaltar que em alguns subitens será adotado um enfoque sobre pontos da AEL mais pertinentes ao tema abordado. Neste sentido, as possíveis interferências do empreendimento com o uso e ocupação do solo a nível local tendem a ocorrer com os pontos de ocupação humana na ADA, a qual contempla a Faixa de Servidão do empreendimento, os acessos a serem utilizados e estruturas como canteiros de obra e alojamentos.

O Termo de Referência que orienta este diagnóstico solicita, em seu **item 2.2.4.4.7 – Uso e Ocupação do Solo**, que sejam levantadas as atividades econômicas ao longo da área de estudo, para que seja possível avaliar, posteriormente, as interações/restrições que a LT pode acarretar sobre as mesmas. Tais interações e restrições tendem a ocorrer de forma direta sobre as áreas produtivas na ADA, a partir da abertura da faixa de servidão do empreendimento, onde ocorrerá restrição de uso.

É, também, solicitado um levantamento de edificações e principais benfeitorias existentes na faixa de servidão, que igualmente se refere aos pontos de ocupação humana na ADA. Foi empreendida uma campanha de campo para caracterizar o meio socioeconômico da AEL. Como visto anteriormente, tal campanha busca compreender as principais características da área de estudo e identificar sensibilidades, vulnerabilidades, de modo a fornecer subsídios para que a avaliação de impactos ambientais (AIA) seja o mais condizente possível com a realidade local. Ressalta-se, no entanto, que a identificação e registro de todas as propriedades, edificações, benfeitorias e culturas existentes na faixa de servidão somente estará disponível na fase de Projeto Executivo do empreendimento, correspondente a etapa de licenciamento ambiental para obtenção da Licença de Instalação (LI), quando da realização e conclusão do Cadastro Fundiário.

Os usos da madeira na AEL foram identificados a partir, principalmente, de levantamentos *in loco*, por meio da realização de entrevistas com a população local.

Neste item é, ainda, analisada a ocorrência de paralelismo do empreendimento em tela com outros da mesma natureza, a partir de informações coletadas em campanhas de campo. No entanto, tal análise tem caráter preliminar, uma vez que este estudo trata de uma diretriz de traçado, o qual tende a ser otimizado nas etapas posteriores do Projeto de Engenharia. Além disso, apenas com o cadastro fundiário concluído será possível conhecer o universo de propriedades diretamente afetadas pelo empreendimento, o que permite a análise de eventual comprometimento econômico de propriedades rurais em função da implantação da faixa de servidão.

Importante destacar que o item referente ao paralelismo consta no TR no item 2.2.4.3 – Caracterização da População, tendo sido deslocado no estudo para o presente item (2.2.4.7 – Uso e Ocupação do Solo), onde se julga ter maior pertinência em relação às demais informações abordadas neste item.

2.2.4.4.7.1 - Estrutura Fundiária na Área de Estudo Municipal (AEM)

A estrutura fundiária da Área de Estudo Municipal (AEM) foi caracterizada com dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 2006. Estes dados, conforme expostos no presente subitem, procuram demonstrar a situação fundiária dos produtores rurais e o tamanho dos estabelecimentos agropecuários.

Dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, apresentados no **Quadro 2.2.4.4.7-1**, demonstram que a maior parte dos produtores era também proprietário da terra. Apesar disso, a situação varia bastante entre os municípios da AEM.

Dos 21 municípios aqui analisados, apenas em 06 (seis) o percentual de produtores proprietários atinge 90%, Gentio do Ouro, Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Morro do Chapéu, Várzea Nova e América Dourada, todos na Bahia, enquanto a média da AEM é de 82,7%.

Por outro lado, nos municípios do Piauí estão as menores proporções de produtores proprietários, especialmente em Gilbués, onde apenas 62,36% enquadraram-se nesta condição. A exceção neste caso é Parnaíba, onde 86% são proprietários.

Em Gilbués (PI), Monte Alegre do Piauí (PI) e Jussara (BA) chama atenção a quantidade de produtores que são ocupantes da terra, o que pode indicar a existência de disputas fundiárias locais.

Assentados sem titulação definitiva são mais numerosos nos municípios baianos de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. Tal cenário indica que se trata de famílias que já residem em projetos de assentamento, mas cuja situação fundiária ainda não foi concluída pelo órgão competente, normalmente realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Arrendatários e parceiros aparecem como condição do produtor com percentual pouco representativo na AEM, especialmente os últimos. O arrendamento se faz mais presente em Monte Alegre do Piauí (PI), São Gabriel (BA) e João Dourado (BA).

O percentual significativo de produtores sem área nos municípios iniciais do traçado da LT, de Gilbués (PI) a Buritirama (BA), acrescido ao baixo percentual de produtores que são proprietários das terras, indica que se trata de uma região onde as disputas fundiárias e a concentração de terras se faz presente. Tal situação é exposta por Gomes (2011), quando afirma que o Estado do Piauí apresenta estrutura fundiária marcada pela forte concentração fundiária.

Quadro 2.2.4.4.7-1 - Situação dos produtores na Área de Estudo Municipal (AEM) (%)

Município	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Gilbués - PI	62,36	-	-	0,29	28,07	9,29
Monte Alegre do Piauí - PI	74,7	0,18	6,14	0,09	17,51	1,37
Riacho Frio - PI	68,9	1,44	-	0,64	0,48	28,55
Parnaíba - PI	86,53	5,74	0,19	0,09	3,39	4,05
Júlio Borges - PI	69,08	2,3	-	0,23	8,74	19,66
Buritirama - BA	78,92	0,09	0,22	0,09	0,79	19,9
Barra - BA	83,14	3,55	0,28	0,4	7,25	5,37
Xique-Xique - BA	77,71	13,88	0,71	0,43	6,64	0,64
Gentio do Ouro - BA	90,25	0,06	-	0,06	9,5	0,13

Município	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Ipupiara - BA	95,02	-	0,13	0,27	4,38	0,2
Brotas de Macaúbas - BA	91,4	-	-	0,06	8,47	0,06
Itaguaçu da Bahia - BA	73,42	15,88	1,08	0,4	8,82	0,4
Central - BA	82,17	1,07	1,32	4,37	10,28	0,78
Jussara - BA	74,92	0,58	1,99	3,32	19,14	0,04
São Gabriel - BA	85,56	3,21	4,77	2,23	4,23	-
Morro do Chapéu - BA	93,61	4,31	0,31	0,15	1,43	0,19
Ourolândia - BA	83,98	1,83	0,28	0,42	9,24	4,23
Várzea Nova - BA	97,5	1,69	0,08	-	0,56	0,16
João Dourado - BA	85,16	0,21	7,49	0,82	6,18	0,14
América Dourada - BA	94,54	-	1,47	0,7	3,17	0,12
Cafarnaum - BA	89,34	0,04	2,23	1,83	6,11	0,44
Total AEM	82,77	2,67	1,37	0,80	7,83	4,56

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

Ainda, observando os dados do Censo Agropecuário de 2006, procede-se à análise do tamanho dos estabelecimentos agropecuários, conforme **Figura 2.2.4.4.7-1**. Estes dados demonstram que na AEM, de modo geral, os estabelecimentos com dimensões entre 1 e 10 hectares prevalecem, respondendo por pouco mais de 40% do total de estabelecimentos. Em seguida encontram-se os estabelecimentos com dimensões entre 20 e 50 hectares e os com dimensões entre 10 e 20 hectares (**Figura 2.2.4.4.7-1**).

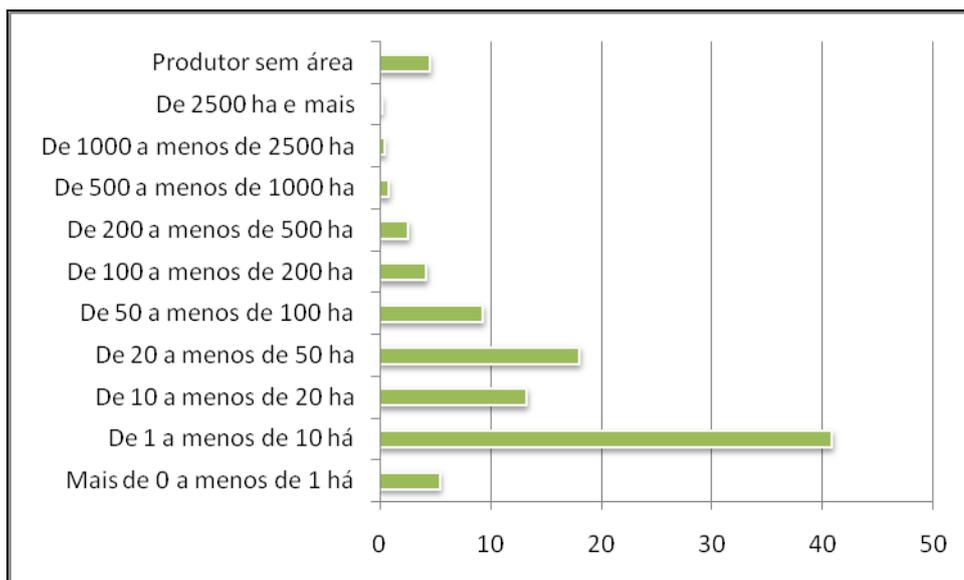


Figura 2.2.4.4.7-1 – Tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários na Área de Estudo Municipal (AEM)

Tal cenário é bastante distinto ao se considerar individualmente os municípios da AEM. Em alguns locais, como Riacho Frio (PI) e Parnaguá (PI) os estabelecimentos com até 10 hectares não chegam a representar 10% do total. No primeiro há grande quantidade de produtores sem área (28,5%), enquanto no segundo prevalecem estabelecimentos entre 20 e 100 hectares. Parnaguá (PI) é, também, o município com os maiores percentuais de grandes estabelecimentos com mais de 200 hectares. Além deste, os municípios do Piauí na AEM são aqueles que apresentam os maiores percentuais de grandes estabelecimentos, com mais de 500 hectares, dentre toda a AEM.

Os pequenos estabelecimentos prevalecem em municípios como Barra, Xique-Xique, Gentio do Ouro, Central, Jussara, São Gabriel e Cafarnaum, todos situados na Bahia, onde os estabelecimentos entre 01 e 10 hectares representam mais da metade do total de cada município.

Quadro 2.2.4.4.7-2 – Tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários nos municípios da Área de Estudo Municipal (AEM)

Grupos de área total	Mais de 0 a menos de 1 há	De 1 a menos de 10 há	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1000 ha	De 1000 a menos de 2500 ha	De 2500 ha e mais	Produtor sem área
Gilbués - PI	4,12	34,67	13,98	15,13	13,03	6,03	2,11	0,86	0,48	0,29	9,29
Monte Alegre do Piauí - PI	1,56	47,66	11,27	17,6	9,07	4,03	4,12	1,47	1,01	0,82	1,37
Riacho Frio - PI	0	6,55	8,93	22,97	19,46	6,38	3,99	1,75	0,96	0,48	28,55
Parnaguá - PI	3,49	7,62	6,69	25,61	24,29	11,77	8,76	3,58	2,82	1,32	4,05
Júlio Borges - PI	2,06	20,12	11,49	20,23	13,33	8,97	3,68	0,34	0,11	-	19,66
Buritirama - BA	3,1	26,15	12,24	18,36	13,25	5,16	1,14	0,39	0,13	0,17	19,9
Barra - BA	19,42	51,19	4,61	7,9	5,77	3,04	1,85	0,43	0,23	0,2	5,37
Xique-Xique - BA	14,28	52,15	8,87	7,88	9,34	2,8	2,2	1,1	0,5	0,25	0,64
Gentio do Ouro - BA	4,31	55,94	14,81	17,63	5,19	0,94	0,81	0,19	-	0,06	0,13
Ipupiara - BA	12,75	43,06	14,4	18,71	6,64	2,92	1,26	0,07	-	-	0,2
Brotas de Macaúbas - BA	4,95	45,02	18,37	22,14	6,43	2,04	0,8	0,19	-	-	0,06
Itaguaçu da Bahia - BA	4,03	43,93	12,69	23,39	5,92	2,45	3,13	2,16	1,2	0,68	0,4
Central - BA	4,82	66,86	12,92	9,33	3,14	1,24	0,74	0,12	0,04	-	0,78
Jussara - BA	5,52	64,08	12,33	11,09	3,45	1,7	1,58	0,12	0,04	0,04	0,04
São Gabriel - BA	6,27	57,52	15,65	13,68	3,85	1,56	0,95	0,32	0,16	0,03	-
Morro do Chapéu - BA	2,74	33,94	15,56	23	10,44	6,24	5,12	1,77	0,73	0,27	0,19
Ourolândia - BA	4,03	30,98	12,42	27,17	13,13	4,8	2,47	0,64	0,07	0,07	4,23
Várzea Nova - BA	5,89	28,72	17,27	25,67	10,57	6,78	3,63	0,65	0,4	0,24	0,16
João Dourado - BA	5,57	49,1	16,14	16,07	6,25	3,16	2,75	0,69	0,14	-	0,14
América Dourada - BA	1,65	39,39	20,89	20,36	9,21	4,58	3,11	0,59	0,06	0,06	0,12
Cafarnaum - BA	4,32	53,54	18,03	15,5	4,8	2,27	0,87	0,13	0,04	0,04	0,44
Total AEM	5,47	40,87	13,31	18,07	9,36	4,23	2,62	0,84	0,43	0,24	4,56

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Dados do INCRA (**Quadro 2.2.4.4.7-3**) demonstram a existência de 49 Projetos de Assentamento na AEM. Alguns municípios destacam-se pela presença de grandes quantidades de assentamentos, como Barra (BA), Itaguaçu da Bahia (BA) e Morro do Chapéu (BA).

Dentre estes importa destacar aqueles classificados como PFP, que significa Projeto de Assentamento de Fundo de Pasto. Estes são territórios demarcados para Comunidades Fundo de Pasto, um tipo de comunidade tradicional comum na região em estudo, como apontado no Capítulo “Populações Tradicionais”. Tais projetos são criados pelo Estado ou municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do Governo do Estado da Bahia, voltado para o atendimento de populações tradicionais locais.

Existem Projetos de Assentamento de Fundo de Pasto (PF) em Buritirama (BA), um dos quais situa-se na AEL do empreendimento (PFP Brejão), Barra (BA) e Brotas de Macaúbas (BA). Além do PFP Brejão, o PA Recreio, em Morro do Chapéu (BA), também localiza-se na AEL, bem como PE (Projeto de Assentamento Estadual) Sítio/Descoberta, no município de Riacho Frio (PI). Tais assentamentos estão indicados no Mapa de Projetos de Assentamento (2935-01-EIA-MP-4001).

O PA Picada, fora da AEL em Xique-Xique (BA) e o PA Fazenda Itacutiara, não contemplado na AEL no município de Barra (BA), são os maiores em extensão e com maiores quantidades de famílias assentadas na AEM.

Quadro 2.2.4.4.7-3 – Projetos de Assentamento na Área de Estudo Municipal (AEM)

Município	Nome PA	Fam. Assent.	Área PA (ha)
RIACHO FRIO (PI)	PE SÍTIO/DESCOBERTA	25	3.501
PARNAGUÁ (PI)	PA PORTEIRAS	97	6.723
BURITIRAMA (BA)	PFP LUZ DA REDENÇÃO	23	1.380
BURITIRAMA (BA)	PFP BREJÃO	18	401
BARRA (BA)	PA FAZ ITACUTIARA	378	31.172
BARRA (BA)	PA ANGICO	40	1.950
BARRA (BA)	PA FAZENDA PERIPERI	15	1.302
BARRA (BA)	PA SAO FRANCISCO	156	6.840
BARRA (BA)	PA BARRO VERMELHO/CANUDOS	246	4.180
BARRA (BA)	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	20	1.901
BARRA (BA)	PA FAZ SANTANA	172	6.370
BARRA (BA)	PA UIRAPURU	58	3.357
BARRA (BA)	PFP RIBEIRÃO	9	861
BARRA (BA)	PA FAZENDA VALE DO BOQUEIRÃO	124	7.540
BARRA (BA)	PA FERRADURA	75	5.497
BARRA (BA)	PA SÍTIO NOVO	32	2.251
XIQUE-XIQUE(BA)	PA FAZ CAJUEIRO I	126	3.928

Município	Nome PA	Fam. Assent.	Área PA (ha)
XIQUE-XIQUE (BA)	PA UTINGA	100	5.841
XIQUE-XIQUE (BA)	PA SERRA AZUL	36	3.800
XIQUE-XIQUE (BA)	PA FAZ CAJUEIRO II	103	3.706
XIQUE-XIQUE (BA)	PA PICADA	595	46.504
XIQUE-XIQUE (BA)	PA LAGOA DE ITAPARICA	46	2.327
BROTAS DE MACAÚBAS (BA)	PFP JATOBA	42	1.989
BROTAS DE MACAÚBAS (BA)	PFP MONTE ALEGRE	-	182
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA SÃO CAETANO	26	1.140
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA CALIFORNIA II	37	3.273
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA FAZ CALIFORNIA	13	1.540
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA FAZ ALMAS	251	8.840
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA SERTÃO BONITO	21	3.273
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA APARECIDA DO NORTE	65	2.308
ITAGUAÇU DA BAHIA (BA)	PA BORA	30	1.497
SÃO GABRIEL (BA)	PA FAZ JAGUARACY	4	633
SÃO GABRIEL (BA)	PA FAZ MILAGRE/MANGARATIBA	40	1.344
SÃO GABRIEL (BA)	PA FAZ SACRIFÍCIO	11	991
SÃO GABRIEL (BA)	PA FAZ PARAÍSO	18	696
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA BAIXA GRANDE	40	1.433
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA NASCENCA E CONQUISTA	20	1.085
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA LAGOINHA E BOA VISTA	69	1.749
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA SANTANA	25	1.225
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA SOHEM	107	9.220
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA MORRINHOS	56	1.987
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA FAZ SANTA ERNESTINA	1	10.740
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA PACHOLA	9	394
MORRO DO CHAPÉU (BA)	PA RECREIO	22	544
OUROLÂNDIA (BA)	PA LAGOA DE DENTRO I E II	40	2.262
OUROLÂNDIA (BA)	PA PEDRA VERMELHA	33	2.055
OUROLÂNDIA (BA)	PA VILA NOVA	45	2.516
OUROLÂNDIA (BA)	PA SANTA LUZIA	63	4.830
AMÉRICA DOURADA (BA)	PA FAZ QUEIMADAS	21	500

Fonte: INCRA, 2015

2.2.4.4.7.1.1 - Principais Usos do Solo na Área de Estudo Municipal (AEM)

Conforme observado anteriormente, o traçado do empreendimento aqui analisado percorre municípios cujos territórios são essencialmente rurais. Na maioria dos municípios da AEM o tipo de uso que abarca maiores áreas são matas e/ou florestas naturais, à exceção de Riacho Frio (PI), Ipupiara (BA), São Gabriel (BA), Morro do Chapéu (BA), Ourolândia (BA), João Dourado (BA), América Dourada (BA) e Cafarnaum (BA). Em todos estes citados predominam as pastagens naturais, onde é praticada

principalmente a pecuária extensiva, com destaque para Parnaguá (PI) e Morro do Chapéu (BA), que contam com os maiores rebanhos bovinos da AEM.

De modo geral, as pastagens naturais são o segundo uso mais extenso na AEM, seguido pelas pastagens plantadas. Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal são também consideráveis em diversos municípios, especialmente em Parnaguá (PI), Barra (BA) e Morro do Chapéu (BA).

Chama atenção a área extensa dedicada a sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio por animais no município de Itaguaçu da Bahia (BA) (**Quadro 2.2.4.4.7-4**).

Quadro 2.2.4.4.7-4 - Área dos Estabelecimentos agropecuários por utilização na Área de Estudo Municipal (AEM)

Municípios	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas plantadas	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais, também usada para lavouras e pastoreio por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura
Gilbués - PI	8.600	563	4.116	4.105	22.718	269	1.972	262
Monte Alegre do Piauí - PI	12.508	469	9.612	7.091	44.673	468	993	513
Riacho Frio - PI	16.782	2.875	9.064	6.303	9.452	3.045	8.909	90
Parnaguá - PI	18.749	7.605	35.568	34.121	106.875	75	5.639	804
Júlio Borges - PI	13.283	344	4.265	642	14.594	X	77	6
Buritirama - BA	5.766	949	5.089	3.220	49.524	14	3.313	148
Barra - BA	22.190	1.097	6.893	35.003	46.954	7	1.903	77
Xique-Xique - BA	35.937	2.251	7.616	13.029	47.493	887	6.310	32
Gentio do Ouro - BA	6.560	96	5.779	5.212	11.246	X	X	X
Ipupiara - BA	10.619	64	3.327	49	7.157	-	X	7
Brotas de Macaúbas - BA	3.430	1.326	6.241	700	16.083	X	1.761	7
Itaguaçu da Bahia - BA	63.273	1.648	27.943	15.020	32.461	X	182.271	X
Central - BA	4.228	232	528	1.385	8.171	X	234	X
Jussara - BA	13.636	371	670	2.488	14.339	X	2.335	2
São Gabriel - BA	14.052	2.908	2.648	12.328	7.493	X	4.678	1

Municípios	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas plantadas	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais, também usada para lavouras e pastoreio por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou áreas de águas públicas para exploração da aquicultura
Morro do Chapéu - BA	56.461	5.297	18.972	27.374	47.985	880	15.659	255
Ourolândia - BA	15.808	1.304	7.213	2.196	15.689	X	6.636	5
Várzea Nova - BA	10.093	1.500	4.569	2.752	19.177	X	6.598	55
João Dourado - BA	5.911	979	850	600	842	X	521	1
América Dourada - BA	28.768	200	1.152	5.334	3.647	-	655	14
Cafarnaum - BA	15.838	755	1.459	1.607	12.840	-	457	5
Total AEM	382.492	32.833	163.574	180.559	539.413	5.645	250.921	2.284

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

As áreas dedicadas à agricultura são voltadas, principalmente, para lavouras temporárias, como demonstrado no **Quadro 2.2.4.4.7-5**, a partir dos dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE, de 2013. Os municípios com maiores áreas de lavouras temporárias são Gilbués (PI), Monte Alegre do Piauí (PI) e São Gabriel (BA), sendo que nos dois primeiros a produção de soja foi intensificada nos últimos anos. Em São Gabriel (BA) destaca-se o cultivo de mamona, comum também em Cafarnaum (BA), Jussara (BA) e João Dourado (BA).

As lavouras permanentes são mais expressivas em Morro do Chapéu (BA), Ouroândia (BA) e Várzea Nova (BA), sendo pouco significativas nos demais municípios. Em Morro do Chapéu (BA) destacam-se a produção de café e sisal, enquanto nos outros 02 (dois) a produção em lavouras permanentes é apenas de sisal.

Quadro 2.2.4.4.7-5 - Área plantada em lavouras na Área de Estudo Municipal (AEM)

Município	Lavoura Permanente (ha)	Lavoura Temporária (ha)
Gilbués - PI	28	41.238
Monte Alegre do Piauí - PI	220	27.119
Riacho Frio - PI	10	826
Parnaguá - PI	10	3.390
Júlio Borges - PI		1.595
Buritirama - BA	4	884
Barra - BA	120	3.080
Xique-Xique - BA	39	2.320
Gentio do Ouro - BA	28	1.025
Ipupiara - BA	10	1.640
Brotas de Macaúbas - BA		2.898
Itaguaçu da Bahia - BA	101	5.200
Central - BA	49	5.696
Jussara - BA	33	13.929
São Gabriel - BA	34	23.712
Morro do Chapéu - BA	15.573	
Ouroândia - BA	10.020	
Várzea Nova - BA	11.000	
João Dourado - BA	171	3.015
América Dourada - BA		4.255
Cafarnaum - BA		13.844
Total AEM	37.450	155.666

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, 2013

2.2.4.4.7.1.2 - Áreas Urbanas e Rurais e Tendências de Expansão

Conforme apontado no **Mapa de Áreas Urbanas e Rurais (2935-01-EIA-MP-4002)**, no trecho inicial da LT, referente à LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II CS, os municípios de Gilbués (PI), Monte Alegre do Piauí (PI), Riacho Frio (PI), Parnaguá (PI) e Júlio Borges (PI) são compostos por grandes áreas rurais, enquanto as áreas urbanas existentes são as sedes municipais e distritais.

Em Gilbués (PI), que abriga o início do traçado até seu km 2,2, e é novamente interceptado entre os km 24 e 44 da LT, este atravessa áreas rurais a pouco mais de 7 km da sede municipal. A sede do município cresce em direção a Monte Alegre do Piauí (PI) e São Gonçalo do Gurguéia (PI). O município não possui Plano Diretor Urbano e o uso do solo é disciplinado pelo Código de Postura, que inclui o Código de Obras, e pela Lei Orgânica.

Monte Alegre do Piauí (PI), que contempla o traçado da LT entre seus km 2,3 e 24, também tem território predominantemente rural, e a única área urbana é a sede municipal, inserida na AEL do empreendimento. Neste município o traçado atravessa apenas áreas rurais, e o perímetro da sede municipal dista a 90 m deste. Segundo gestor público municipal, um vetor de expansão urbana ocorre às margens da BR-135 em direção a Bom Jesus (PI), portanto, em direção ao traçado da LT, com a compra de terrenos maiores por iniciativa particular (**Figura 2.2.4.4.7-2**). As regulamentações sobre uso do solo estão contidas na Lei Orgânica, Código de Posturas e Lei do Perímetro Urbano.

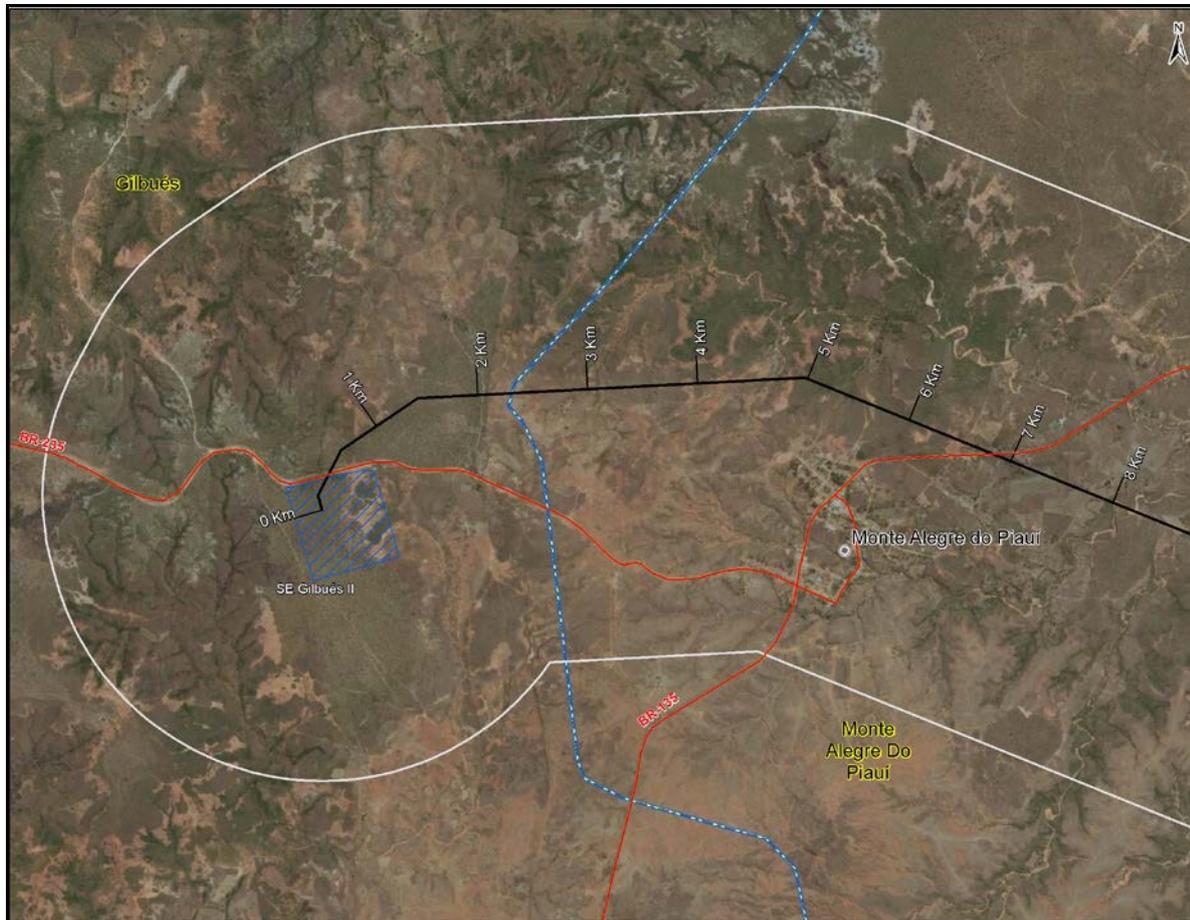


Figura 2.2.4.4.7-2 - Traçado da LT em Monte Alegre do Piauí (PI)

Seguindo o traçado da LT, entre os km 44 e 67, encontra-se o município de Riacho Frio (PI), onde o empreendimento atravessa somente áreas rurais. Assim como em Gilbués, a única área urbana do município é sua sede, que se encontra a pouco menos de 20 km de distância. Pautado pela Lei Orgânica e pelo Código Tributário, O município de Riacho Frio (PI) não possui Plano Diretor nem leis específicas para o meio ambiente, sendo a Lei Orgânica e o Código Tributário os principais dispositivos legais da municipalidade.

Em Parnaguá (PI) situa-se o trecho do traçado entre os km 68 e 134 do empreendimento. O município, também, possui apenas com uma área urbana, representada pela é sua sede, cujo perímetro urbano encontra-se a 2,7 km do traçado. Quanto à legislação de ordenamento territorial e uso do solo o município conta com Lei Orgânica, Código de Posturas e Lei do Perímetro Urbano. Não foram identificados usos planejados pelo poder público para a AEL da LT, que consiste em região ocupada por pequenas propriedades de produção agrícola e pecuária.

Entre os km 134 e 169 do traçado encontra-se o município de Júlio Borges (PI), cujo território, também, é predominantemente rural, embora exista um aglomerado rural isolado na porção sul do município a cerca de 13,5 km do traçado. A sede municipal, no entanto, está a apenas 500 metros do traçado, portanto, inserida na AEL. Segundo o Secretário de Meio Ambiente, a área urbana de Júlio Borges (PI) observa moderada expansão sobre o território rural em direção a Parnaguá (PI) e Curimatá (PI). O aumento da área urbana acontece em função da migração de pessoas da zona rural para a sede do município, em busca de proximidade com os serviços, principalmente os de educação. Este crescimento é planejado com a construção de 03 (três) loteamentos do Projeto Minha Casa Minha Vida, onde está sendo criado o bairro de Nova Júlio Borges. Esta expansão da área urbana ocorre na AEL em terrenos potencialmente atravessados pela LT em estudo (**Figura 2.2.4.4.7-3**). A regulamentação sobre uso do solo é realizada pela Lei Orgânica, do Código de Posturas e do Código de Obras.



Figura 2.2.4.4.7-3 - Traçado da LT em Júlio Borges (PI)

Ao adentrar o estado na Bahia, a diretriz do traçado atravessa o município de Buritirama (BA), entre seus km 169 e 250. A única área urbana é a sede municipal, cujo perímetro dista 01 km do traçado e, portanto, insere-se na AEL. Na altura do km 221 do traçado este passa na Comunidade Fundo de Pasto Brejão, cujos moradores afirmaram ser uma área que está em expansão (**Figura 2.2.4.4.7-4**).

O gestor público local informou que a cidade cresce em direção ao município vizinho de Mansidão (PI), um pouco em direção a Barra (BA) e menos para as áreas dos Brejões no próprio município, na direção da Chapada Diamantina. Com o Plano Diretor Urbano sendo elaborado, a regulamentação do uso do solo está baseada na Lei Orgânica.



Figura 2.2.4.4.7-4 - Traçado da LT em Buritirama (BA).

Em seguida, nos municípios de Barra (BA), entre km 250 e 288, e Xique-Xique (BA), entre km 289 e 321, observa-se o mesmo cenário, ou seja, territórios essencialmente rurais e áreas urbanizadas apenas nas respectivas sedes, que se encontram distantes da AEL.

Entre os novos empreendimentos previstos para o município de Barra (BA), destacam-se os parques de geração de energia eólica das empresas Casa dos Ventos e Renova, na Serra do Estreito, já com terras arrendadas; e previsão de abertura de estrada para ligar a sede ao município vizinho de Pilão Arcado (BA). Nenhum destes empreendimentos estão na área prevista para AEL da LT.

Xique-Xique (BA) conta com a Lei Orgânica e o Sistema Municipal de Meio Ambiente, que inclui o Código, o Fundo, o Conselho e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O município de Gentio do Ouro (BA) é interceptado por partes de 03 (três) trechos do empreendimento: LT 500 kV Gilbués II - Gentio Do Ouro II CS; LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas CS; e LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ouarolândia II. Tal situação está exposta no **Quadro 2.2.4.4.7-6** e na **Figura 2.2.4.4.7-5**

Quadro 2.2.4.4.7-6 - Empreendimentos em Gentio do Ouro (BA)

Empreendimento	Quilometragem (km)
LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II CS	321 a 342
LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas CS	0 a 52
LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ouarolândia II	0 a 24

Fonte: Elaboração Ecology Brasil, 2015

Neste município, também, predominam as áreas rurais, embora existam 03 (três) áreas urbanas, a saber: Distrito de Gameleira do Assuruá, Distrito de Itajubaquara e a Sede Municipal. Os 02 (dois) distritos estão na AEL, embora não sejam atravessados pelo traçado, que dista cerca de 15 km da sede do município.

O Plano Diretor está em fase de elaboração e os instrumentos legais de ordenamento do uso do solo são Lei Orgânica, Código de posturas, Código tributário e Conselho de Meio Ambiente.

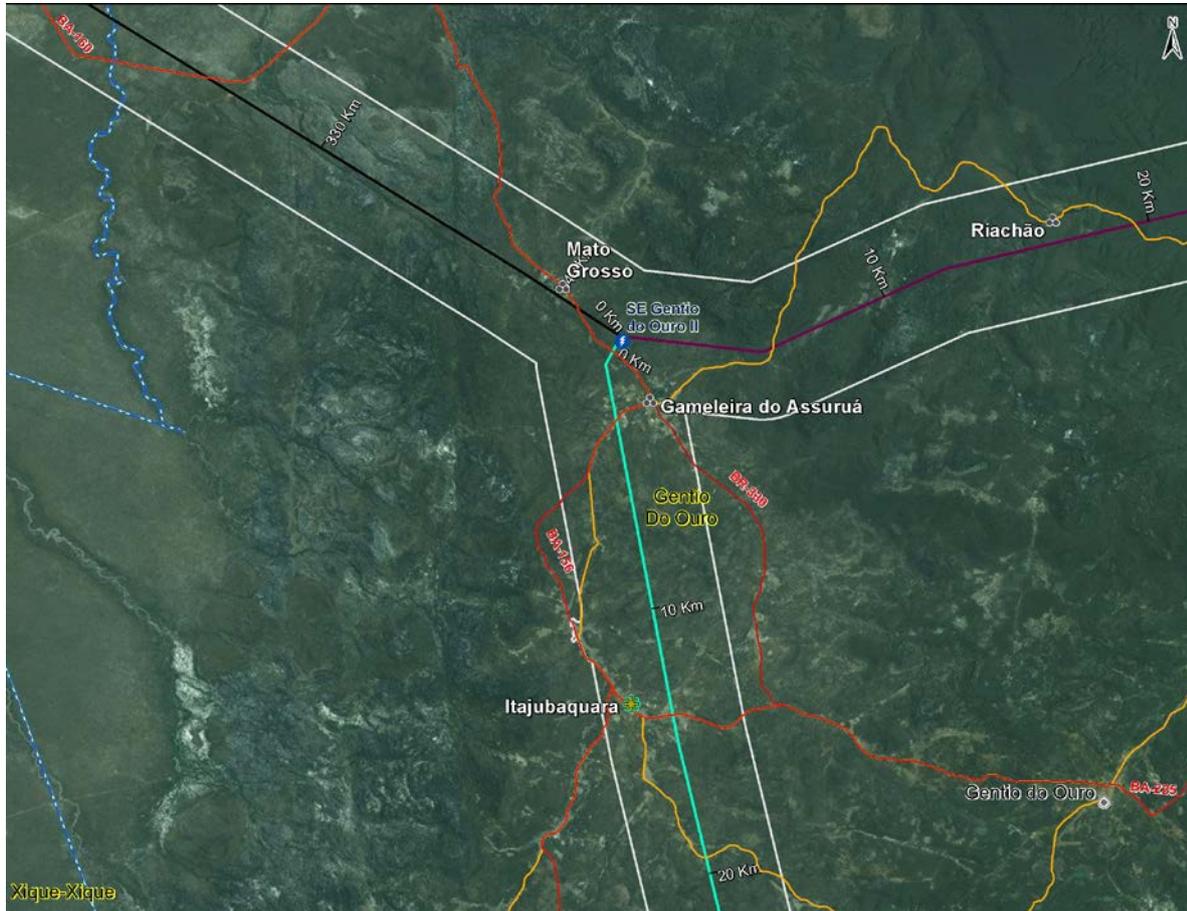


Figura 2.2.4.4.7-5 - Traçado da LT em Gentio do Ouro (BA)

Seguindo o traçado da LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas CS, o mesmo atravessa o município de Ipupiara (BA), entre os km 53 e 82 do empreendimento. O município é composto por áreas rurais e 02 (duas) áreas urbanas referentes à sede municipal e ao Distrito de Ibipetum, ambos a mais de 08 km de distância do traçado. Não há Plano Diretor em Ipupiara (BA) e a legislação de ordenamento territorial do município está contida na Lei Orgânica, Código de Posturas e Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O último município deste trecho é Brotas de Macaúbas (BA), que abriga o traçado de seu km 82 a 120. Com território rural em sua maior parte, existem algumas áreas urbanas no município dentre elas a sede municipal distante cerca de 20 km do empreendimento, e a área urbanizada do Distrito de Ouricuri do Ouro há pouco menos de 10 km do traçado. Além destes, o único local não caracterizado como área rural em Brotas de Macaúbas (BA) é o Povoado Cocal, não contemplado na AEL.

O uso do solo do município é pautado na legislação vigente, a partir da Lei Orgânica, Lei de Uso e Parcelamento do Solo, Código de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Código de Posturas. Segundo o relato do gestor municipal entrevistado, atualmente, não há nenhum projeto em andamento que possa interferir na AEL da LT aqui analisada, que atravessa a área rural do município.

O primeiro município atravessado pela LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ouarolândia II é Gentio do Ouro (BA), previamente analisado. Em seguida, o empreendimento atravessa Itaguaçu da Bahia (BA), entre os km 24 e 47, cujo amplo território abriga apenas áreas e povoados rurais, além da sede municipal, que dista pouco mais de 20 km do traçado.

Do km 47 ao 83 o traçado passa pelo município de Central (BA), cujo território é composto por áreas e povoados rurais, além da sede municipal, contemplada na AEL, cujo perímetro urbano situa-se cerca de 500 metros do traçado.

O crescimento da área urbana se dá preferencialmente às margens da Rodovia BA-052 em direção a Irecê (BA), portanto, na direção oposta ao traçado da LT (**Figura 2.2.4.4.7-6**). Encontra-se em revisão a Lei do Perímetro Urbano diante do surgimento de novos loteamentos em expansão de área urbana. Não há no município Plano Diretor e os instrumentos legais para ordenamento territorial são a Lei Orgânica, o Código de posturas, a Lei do Perímetro urbano (em fase de aprovação), o Código e Conselho Municipal de Meio Ambiente, e o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Segundo informado por gestor local não há planejamento de qualquer projeto específico para a AEL da LT, tratando-se de área ocupada por pequenas propriedades rurais.



Figura 2.2.4.4.7-6 - Traçado da LT em Central (BA)

Entre os km 73 e 99 da LT encontra-se o município de Jussara (BA) que, embora tenha território predominantemente rural, apresenta mais áreas urbanas do que os anteriores. Aqui, o perímetro urbano da sede municipal dista 1,7 km do traçado e, além desta, existe a sede do Distrito de Queimada Nova, fora da AEL, e do Povoado de Recife, este na AEL às margens da rodovia BA-370 (Figura 2.2.4.4.7-7).

Em relação aos vetores de crescimento e tendências de expansão urbana do município observa-se um processo de crescimento na área urbana da sede municipal com a instalação de chácaras às margens da BR-148 (em direção à AEL).

O município não possui Plano Diretor, sendo os seguintes os instrumentos legais de regulação do uso do solo: Lei Orgânica, Lei de Meio Ambiente; Código de Meio Ambiente; Fundo de Meio Ambiente (em criação), e o Conselho de Meio Ambiente. O Plano Municipal de Resíduos Sólidos encontra-se em

elaboração. O gestor público local informou que não há usos planejados pelo poder público para a AEL da LT.



Figura 2.2.4.4.7-7 – Traçado da LT em Jussara (BA)

O município seguinte é São Gabriel (BA), que abriga o traçado da LT entre seus km 99 e 127. Predominantemente rural, o município tem sua sede distante cerca de 20 km do traçado, enquanto a área urbana do Distrito de Recife Grande encontra-se a pouco mais de 08 km de distância da LT. Estas são as únicas áreas urbanizadas do município e a AEL do empreendimento é composta apenas por áreas rurais, uma das quais é um Povoado Rural referente à Comunidade Quilombola Carozal, distante cerca de 800 m do traçado do empreendimento.

Entre os km 127 e 152 encontra-se o município de Morro do Chapéu (BA), o qual é interceptado por partes de 3 trechos do empreendimento, a saber: LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II; LT 500 kV Ourolândia II - Morro de Chapéu II e Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim.

O município possui considerável extensão territorial e o trecho da diretriz do traçado correspondente a LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, atravessa apenas áreas rurais, contemplando o Povoado Rural de Umburaninhas na AEL, a cerca de 100 m do traçado (**Figura 2.2.4.4.7-8**). Moradores informaram que a população local tem se mantido estável nos últimos anos, com crescimento apenas vegetativo, por meio de nascimentos e casamentos.



Figura 2.2.4.4.7-8 - Traçado da LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II em Morro do Chapéu (BA)

O município de Ourolândia (BA) recebe o final da LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II e o início do Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim. A extensão destes empreendimentos no município é diminuto, recebendo apenas 01 km do Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim e menos de 500 m do traçado da LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, em área rural.

O município de Morro do Chapéu (BA), recebe ainda duas seções da LT 500 kV Ouroolândia II - Morro de Chapéu II. O primeiro entre os km 01 e 29 do traçado, e o segundo entre o km 63 e 89, cruzando antes os municípios de João Dourado (BA) e América Dourada (BA).

Em seu vasto território, Morro do Chapéu (BA) tem algumas áreas urbanas referentes à sedes distritais e à sede municipal, embora nenhuma destas situa-se na AEL do empreendimento, a qual contempla somente áreas rurais. A área urbanizada do município que está mais próxima ao traçado é a sede municipal, que dista 22 km deste.

A área urbana da sede do município de Morro do Chapéu está crescendo, segundo informações do secretário de Administração, para o Norte e para o Sul, em função da disponibilidade de terras em relação ao relevo acidentado nas partes Leste e Oeste da cidade. Ainda, de acordo com as informações do secretário, a cerca de 03 km ao Sul da sede municipal, às margens da Rodovia Morro do Chapéu – Bonito, está prevista a implantação de área industrial do município, que já conta com Plano Diretor Urbano – que está sendo revisado para redimensionamento do perímetro urbano – e Lei Orgânica.

Em relação à LT 500 kV Ouroolândia II - Morro de Chapéu II neste município, localiza-se nas proximidades da AEL a Estação de Águas Termais do Balneário do Tareco, cujo povoado dista cerca de 03 km do traçado. Trata-se de área rural de valor turístico e paisagístico.

O município de João Dourado (BA) é interceptado pelos quilômetros 29 a 36 da LT 500 kV Ouroolândia II - Morro de Chapéu II, em área rural. A única área urbana é a sede, cujo perímetro urbano dista 27,5 km do traçado. A Lei Orgânica e o Código Municipal de Meio Ambiente são os únicos instrumentos legais do município para ordenamento territorial e gestão do uso do solo.

Em seguida, o traçado intercepta América Dourada (BA), entre os km 37 e 63, onde cruza apenas áreas rurais. As 02 (duas) áreas urbanas no município são a sede do Distrito de Soares, distante 07 km do traçado, e a sede municipal, que dista 1,5 km do traçado e, portanto, inserida na AEL (**Figura 2.2.4.4.7-10**).

A sede do município de América Dourada (BA) apresenta processo de expansão em direção à rodovia estadual BA-052, porta de entrada da cidade. Até o presente momento, não há previsão de projeto para a área prevista para a LT, de acordo com as informações levantadas em campo. Apenas, é possível que uma área de irrigação seja ampliada naquela região do município, podendo chegar à AEL. O município não possui Plano Diretor.

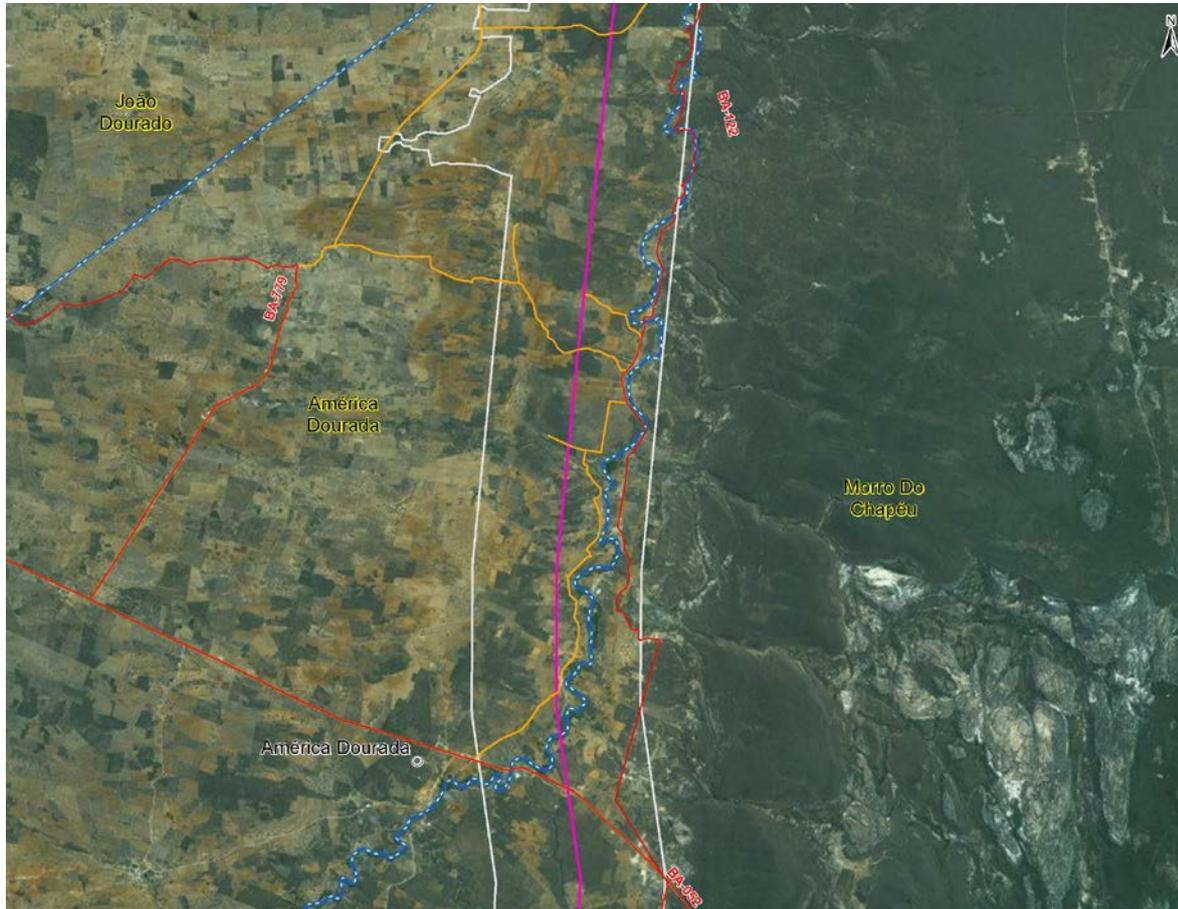


Figura 2.2.4.4.7-9 - Traçado da LT em América Dourada (BA)

Por fim, a LT 500 kV Ouarolândia II - Morro de Chapéu II tem seu traçado concluído no município de Cafarnaum (BA), em área rural. A sede do município é a área urbana mais próxima do traçado, embora se encontre a 7 km de distância deste.

2.2.4.4.7.2 - Uso e Ocupação do Solo na Área de Estudo Local (AEL)

Nesta seção serão apresentados os principais usos do solo na Área de Estudo Local (AEL), considerando a estrutura fundiária dos povoados, comunidades, localidades, fazendas, identificados na AEL, complementados com breves aspectos históricos destes locais de modo a relacionar com o uso atual, bem como as principais atividades produtivas. Será dado um enfoque nos pontos de ocupação humana até 1,5 km de distância ao longo da diretriz do traçado, perfazendo um corredor de 3 km de largura, tendo a LT como eixo conforme abordado anteriormente. A seção respeita a divisão por trechos da AEL que perpassa o presente estudo.

2.2.4.4.7.2.1 - Aspectos Gerais

A Área de Estudo Local (AEL) foi subdividida em 04 trechos, de modo a abordar especificidades locais. Os trechos correspondem àqueles do próprio empreendimento, e a caracterização dos mesmos tratará das características de cada um, considerando o uso e ocupação do solo (**Quadro 2.2.4.4.7-7**).

Quadro 2.2.4.4.7-7 – Divisão da Área de Estudo Local (AEL) por trechos

Trecho	Linha de Transmissão (LT)	UF	Municípios	Aspectos Gerais da Área de Estudo Local (AEL)
1	LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II CS	PI e BA	Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Parnaguá, Júlio Borges, Buritirama, Barra, Xique-Xique, Gentio do Ouro	Povoados Rurais, Projetos de Assentamento e Comunidades de Fundo de Pasto. Agricultura familiar e pecuária de subsistência
2	LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas CS	BA	Gentio do Ouro, Ipupiara, Brotas de Macaúbas	Povoados Rurais, Comunidades de Fundo de Pasto e Comunidades Quilombolas; Presença de garimpo de cristal e agricultura familiar de subsistência (Farinha de Mandioca)
3	LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II	BA	Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Central, Jussara, São Gabriel, Morro do Chapéu, Ourolândia	Povoados Rurais e Comunidades Quilombolas. Produção de Mamona com irrigação para venda. Produção de caprinos e ovinos.
4	LT 500 kV Ourolândia II - Morro de Chapéu II e Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim	BA	Morro do Chapéu, Ourolândia, Várzea Nova, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum	Povoados Rurais e Comunidades Quilombolas. Produção de Mamona com irrigação para venda.

Fonte: Levantamento de Campo Ecology Brasil, 2015.

O **Quadro 2.2.4.4.7-8** apresenta todos os pontos de ocupação humana visitados durante a realização das campanhas de campo empreendidas para caracterizar o meio socioeconômico, divididos pelos 04 trechos da AEL.

O trecho 01 da AEL (LT 500 kV Gilbués II - Gentio Do Ouro II CS), abrangendo de Gilbués/PI até Gentio do Ouro/BA, tem 34 pontos de ocupação na AEL, sendo 25 povoados, 02 projetos de assentamento, 03 fazendas, 01 Comunidade de Fundo de Pasto e 03 sedes municipais.

O trecho 02, que corresponde ao traçado da LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas CS, contempla parte do município de Gentio do Ouro/BA, Ipupiara/BA e Brotas de Macaúbas/BA. Nele foram identificados 21 pontos de ocupação humana, dos quais 17 são povoados, 01 distrito, 01 Comunidade de Fundo de Pasto, 01 fazenda e 01 comunidade quilombola.

O trecho 03, relativo à LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II abarca Itaguaçu da Bahia/BA, Central/BA, Jussara/BA, São Gabriel/BA e parte de Morro do Chapéu/BA, e possui 25 pontos de

ocupação humana, sendo 01 acampamento evangélico, 08 Comunidades Quilombolas, 10 povoados, 01 projeto de assentamento e 01 fazenda.

No trecho 04, referente à LT 500 kV Ouarolândia II - Morro de Chapéu II e Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim, contempla os municípios de América Dourada/BA, João Dourado/BA, Morro do Chapéu/BA e Ouarolândia/BA, onde foram identificados 17 pontos de ocupação humana, sendo 07 povoados, 02 projetos de assentamento, 07 Comunidades Quilombolas e 01 fazenda.

Quadro 2.2.4.4.7-8 - Pontos de Ocupação Humana na Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)
Trecho 1				
PI	Gilbués	Povoado Calaboca	1590,5	3,2
PI	Monte Alegre do Piauí	Sede Municipal	2251,3	6,4
PI	Monte Alegre do Piauí	Povoado Serrinha	1444,5	8,2
PI	Monte Alegre do Piauí	Povoado Raizinha	1998,0	25,9
PI	Parnaguá	PA Lagoa da Descoberta	816,6	72,2
PI	Parnaguá	Povoado Malhadinha	247,4	92,7
PI	Parnaguá	Povoado Riacho de Areia	547,0	107,6
PI	Parnaguá	PA Piaçava	744,4	112,4
PI	Parnaguá	Fazenda Lagoa Nova	134,4	129,2
PI	Júlio Borges	Sede Municipal	866,6	141,2
BA	Buritirama	Povoado Baixão dos Oliveiras	2231,2	172,8
BA	Buritirama	Povoado Campina Dourada	359,4	186,1
BA	Buritirama	Povoado Poço da Jurema	529,7	190,9
BA	Buritirama	Povoado Sítio Santo Antônio	236,7	193,7
BA	Buritirama	Povoado Várzea	1327,3	197,4
BA	Buritirama	Povoado Munduri	144,7	217,6
BA	Buritirama	Sede Municipal	2417,8	220,2
BA	Buritirama	Comunidade Fundo de Pasto Brejão	54,4	221,2
BA	Buritirama	Povoado Buritizinho	1166,2	225,6
BA	Buritirama	Povoado Lagoa do Zé Pequeno	1324,5	240,1
BA	Buritirama	Povoado Santa Rosa	923,5	240,4
BA	Barra	Povoado Brejo do Olho D'água	5803,4	251,7
BA	Barra	Povoado Grota	477,1	254,2
BA	Barra	Povoado Brejo do Benguê	5752,4	258,7
BA	Barra	Povoado Brejo da Cachoeira	9197,6	264,9
BA	Barra	Povoado Brejo do Saco	10964,6	269,4
BA	Barra	Povoado Lagoa da Onça	2,8	288,4
BA	Barra	Povoado Sambaíba	4636,1	289,2
BA	Xique-Xique	Fazenda Garrote	1890,9	298,1

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)
BA	Xique-Xique	Povoado Fazenda Santiago	526,4	300,5
BA	Xique-Xique	Povoado Marruá I	2351,2	304,5
BA	Xique-Xique	Povoado Marruá II	2014,6	304,9
BA	Xique-Xique	Fazenda Carnaúba	218,4	312,5
BA	Gentio do Ouro	Povoado Mato Grosso	360,4	340,1
Trecho 2				
BA	Gentio do Ouro	Povoado Gameleira do Assuruá	1342,6	2,4
BA	Gentio do Ouro	Distrito de Itajubaquara	1397,4	13,3
BA	Gentio do Ouro	Com Fundo de Pasto São Gonçalo	6,0	30,7
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cedro	1190,8	39,2
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riacho do Cedro	3190,7	43,5
BA	Gentio do Ouro	Povoado Silvério	668,8	44,6
BA	Gentio do Ouro	Com. Quil. Barreiro Preto	1876,5	47,8
BA	Ipupiara	Povoado Traçadal	74,4	52,6
BA	Gentio do Ouro	Carranca	1606,7	54,0
BA	Ipupiara	Povoado Furados	1808,0	57,7
BA	Ipupiara	Povoado Chiquita	1764,6	59,1
BA	Ipupiara	Povoado Gavião	1875,4	66,2
BA	Ipupiara	Povoado Caiçara	270,0	68,0
BA	Ipupiara	Fazenda Extremo	620,6	72,8
BA	Ipupiara	Povoado Axuré	758,3	80,2
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Santa Cruz	1435,1	96,0
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Fundo Largo	657,9	105,3
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Mangabeira	1015,1	109,2
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Papagaio	2095,7	113,2
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Boa Vista	1598,1	115,3
Trecho 3				
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riachão	841,5	16,6
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cotovelo	527,7	29,7
BA	Itaguaçu da Bahia	Acampamento Água Quente	630,1	35,6
BA	Itaguaçu da Bahia	Com. Quil. Alegre	5767,7	36,1
BA	Itaguaçu da Bahia	Com. Quil. Barreiros	9447,7	39,7
BA	Central	Comunidade Quilombola Vereda	1290,4	51,1
BA	Central	Com. Quil Caroá	1521,5	53,6
BA	Central	PA Novo Esplendor	2231,2	58,8
BA	Central	Larguinha II	1793,4	61,6
BA	Central	Sede Municipal	2230,1	63,5
BA	Central	Fazenda Canadá	417,8	65,6
BA	Central	São João do Zé de Preta	1475,5	68,8

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)
BA	Jussara	Povoado Alto Bonito	1373,8	73,9
BA	Jussara	Larga dos Mendes	2101,0	73,8
BA	Jussara	Povoado Larga do Elói	596,6	75,3
BA	Jussara	Larga do Cruzeiro	2568,8	75,4
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo I	841,5	79,3
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo II	213,2	79,6
BA	Jussara	Sede Municipal	3228,7	81,2
BA	Jussara	Povoado Recife	4053,2	90,3
BA	Jussara	Com. Quil. Algodões	5303,3	100,6
BA	São Gabriel	Com. Quil. Carozal	1003,8	108,2
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Guilhermino	414,3	115,3
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Ezequiel	822,6	117,6
BA	São Gabriel	Com. Quil. Boqueirão dos Carlos	3506,0	118,0
BA	Morro do Chapéu	Povoado Umburaninhas	666,3	145,3
Trecho 4				
BA	Ourolândia	Olho Dágua do Fagundes	2491,9	8,8
BA	Morro do Chapéu	Fazenda Lagoa do Xique-Xique	501,0	2,8
BA	Morro do Chapéu	Com. Quil. Mulungu	2347,3	18,0
BA	João Dourado	Com. Quil. Angicão	2635,7	23,7
BA	João Dourado	Com. Quil. Serra Azul	2661,3	31,9
BA	João Dourado	Fazenda Nova	1770,0	36,6
BA	América Dourada	Com. Quil. Garapa	2507,9	38,9
BA	América Dourada	Com. Quil. Sertão Bonito	3947,4	41,2
BA	América Dourada	Com. Quil. Queimada dos Beneditos	3173,4	41,7
BA	América Dourada	Comunidade Batom	1066,5	43,1
BA	América Dourada	Terra Nova	2567,7	43,8
BA	América Dourada	Com. Quil. Lagoa Verde	4930,9	45,7
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Canabrava	1541,9	52,6
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Lapinha	793,3	60,4
BA	Morro do Chapéu	PA Recreio	1195,1	63,9
BA	Morro do Chapéu	São Rafael	1961,2	64,2
BA	Morro do Chapéu	Povoado Espinheiro II	1289,5	72,8

Fonte: Levantamento de Campo, Ecology Brasil 2015

2.2.4.4.7.2.2 - Atividades Produtivas na Área de Estudo Local (AEL)

Durante o trabalho de campo na Área de Estudo Local (AEL), foram identificadas as principais atividades econômicas desenvolvidas. O território atravessado caracteriza-se por áreas rurais, entrecortadas por trechos de vegetação nativa. Os apontamentos trazidos pelos dados oficiais a respeito dos municípios atravessados pelo empreendimento são reforçados pela identificação em campo das principais atividades produtivas, que estão - considerando aqui o conjunto da AEL - relacionadas à pecuária bovina extensiva e às lavouras temporárias de milho, feijão, mandioca e mamona, dentre outras culturas e criações.

Como dito anteriormente, a identificação e registro exaustivo de todas as propriedades, edificações, benfeitorias e culturas existentes na faixa de servidão estará disponível somente na fase posterior do Projeto, quando da realização e conclusão do Cadastro Fundiário.

As 10 (dez) principais atividades citadas nas entrevistas nos povoados da AEL foram: lavoura de milho; de feijão; criação de bovinos; lavoura de mandioca; produção de farinha de mandioca; criação de galináceos, lavoura de mamona, criação de ovinos, pastagem e criação de caprinos.

As lavouras de milho, feijão e mandioca, identificadas durante o trabalho de campo em praticamente toda a AEL, são desenvolvidas pelos produtores rurais priorizando a subsistência das populações, sendo comum a comercialização dos excedentes quando há possibilidade. Em mais de uma das entrevistas realizadas, agricultores declararam que a produção dos gêneros citados, quando supera aproximadamente 20 sacas, é vendida para atravessadores ou nos comércios e feiras de povoados maiores, distritos ou sedes municipais, contudo, há anos esses excedentes não são alcançados, restringindo a produção à subsistência.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-10 - Plantação de milho e outras culturas no município de América Dourada (BA)



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-11 - Sementes de mamona produzidas no município de Jussara (BA)

A cultura do milho, em associação à cultura do capim, da palma ou do sorgo, cumpre uma dupla função, além da subsistência, ao ser importante também para servir de ração para os animais, mesmo quando o cultivo “falha” para o consumo humano ou para a comercialização.

As criações de animais, também, são fundamentais para o sustento das famílias nos povoados visitados. É comum o consumo rotineiro do leite, e a comercialização dos animais ocorre em situações de necessidade financeira inesperada, quando é preciso algum montante em espécie para tratar de questões de saúde ou para sanar dívidas, por exemplo. Para essas populações, o gado representa uma espécie de “fundo de reservas”, que é acionado quando necessário, e não caracteriza uma atividade de geração de renda regular. Também, se consome a carne dos animais e, nesse caso, não é raro que exista o abate e comercialização por cortes no próprio povoado, tendo em vista a dificuldade de transporte e de se cumprir com as taxas e exigências sanitárias no município.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-12 - Criação de bovinos em Gentio do Ouro (BA)



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-13 - Ovinos em Buritirama (BA)

Em praticamente todos povoados e fazendas visitados foi relatada dificuldade da atividade agropecuária frente a uma longa estiagem (referida com a duração de três a cinco anos), a perda de safras inteiras por falta de água, e a percepção de uma tendência de agravamento das condições de produção, em virtude do grau avançado de desmatamento e a crescente severidade das secas. Em todos os trechos da AEL foi citado em, ao menos um povoado, o abandono da cultura do feijão, devido à falta de água, visto que há anos não ocorriam colheitas mínimas.

Além das citadas acima, que ocorrem em praticamente todas as localidades da AEL, outras produções são desenvolvidas com peculiaridades regionais, descritas por localidade e por trechos, conforme será apresentado a seguir.

Tendo em vista as limitações das atividades produtivas identificadas nas localidades existentes na AEL do empreendimento, considerando todos os seus trechos, e remetendo ainda às condições de renda encontradas no conjunto da AEM, as fontes de trabalho e renda são proporcionalmente restritas, havendo uma marcante dependência da atuação do Poder Público para a sobrevivência dessas famílias.

Desse modo, as principais fontes de renda na AEL são: Aposentadoria; Bolsa Família; Agricultura Familiar; diárias de trabalho rural; serviços públicos; pecuária; comércio; Construção Civil; garimpo e remessa de renda de familiares migrantes.

Em todos os trechos da AEL do empreendimento, a aposentadoria é a principal fonte de renda na maior parte das famílias entrevistadas, muitas das vezes associada ao auxílio do Programa Bolsa Família. Somente nas famílias em que algum dos moradores já é aposentado que não se recebe o auxílio do Bolsa Família. A comercialização da produção da agricultura familiar, seja enquanto excedentes da subsistência ou como resultado da produção da lavoura estabelecida com tal finalidade é importante fonte de recurso na composição da renda familiar.

Em seguida, também importante nessa composição de renda, deve-se considerar as oportunidades de trabalho existentes. As diárias de trabalhos rurais, trabalhos temporários em períodos de colheitas ou de preparação das terras para a semeadura, são, muitas das vezes, as únicas possibilidades de trabalho remunerado no setor privado nas localidades visitadas. As diárias são contratações informais, e oferecem valores entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00, com ou sem a refeição incluída.

Além das aposentadorias e do auxílio do Programa Bolsa Família, outra participação relevante do Estado na composição da renda da população local é a contratação pelas prefeituras de moradores dos povoados nos segmentos da saúde e da educação, como agentes de saúde, professores ou motoristas de transporte escolar, por exemplo. Essas são as oportunidades de emprego mais estáveis, que oferecem renda mensal aos moradores, ainda que não sejam raros relatos de atrasos em pagamentos por parte das prefeituras.

O destaque, contudo, nas localidades da AEL, é a falta de oportunidade de trabalho. Em 40,74% dos locais em que foi realizado o levantamento, não existe qualquer tipo de atividade geradora de trabalho remunerado, seja temporário ou regular, formal ou informal.

Poucas foram as localidades visitadas que ofereceram alguma diferenciação em relação à composição de renda citada, que será detalhada a seguir, dividida por trechos.

2.2.4.4.7.2.3 - Caracterização por trechos da Área de Estudo Local (AEL)

2.2.4.4.7.2.3.1 - Trecho 01 - LT 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II

O primeiro trecho inclui os povoados situados na AEL ao longo da LT 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II, com extensão de 342 km (**Quadro 2.2.4.4.7-9**). O trecho contempla 34 pontos de ocupação humana na AEL, e 22 destes pontos estão a menos de 1,5 km de distância da LT e, portanto, serão aqui descritos.

Ao atravessar os municípios do Piauí e da Bahia e cruzar o rio São Francisco, a produção local é fortemente marcada pela agricultura de subsistência, havendo casos em que a produção é irregular e diversificada, devido às dificuldades de acesso à água ou à capacitação técnica, ao ponto em que determinar a lavoura ou criação principal não é viável.

Como será visto adiante, a maior parte da produção neste trecho não tem sido suficiente para comercialização, o que implica na necessidade de adesão da população à programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família, além da aposentadoria, para que tenham uma renda mínima.

Quadro 2.2.4.4.7-9 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 01 – Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)	População (Famílias)
PI	Gilbués	Povoado Calaboca	1590,5	3,2	40
PI	Monte Alegre do Piauí	Sede Municipal	2251,3	6,4	2434
PI	Monte Alegre do Piauí	Povoado Serrinha	1444,5	8,2	250
PI	Monte Alegre do Piauí	Povoado Raizinha	1997,5	25,9	15
PI	Parnaguá	PA Lagoa da Descoberta	816,6	72,2	75
PI	Parnaguá	Povoado Malhadinha	247,4	92,7	30
PI	Parnaguá	Povoado Riacho de Areia	547,0	107,6	30
PI	Parnaguá	PA Piaçava	744,4	112,4	25
PI	Parnaguá	Fazenda Lagoa Nova	134,4	129,2	1
PI	Júlio Borges	Sede Municipal	866,6	141,2	1359
BA	Buritirama	Povoado Baixão dos Oliveiras	2231,2	172,8	50
BA	Buritirama	Povoado Campina Dourada	359,5	186,1	30
BA	Buritirama	Povoado Poço da Jurema	530,3	190,9	130
BA	Buritirama	Povoado Sítio Santo Antônio	236,7	193,7	100
BA	Buritirama	Povoado Várzea	1327,3	197,4	15
BA	Buritirama	Povoado Munduri	144,7	217,5	100
BA	Buritirama	Sede Municipal	2417,8	220,2	4595

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)	População (Famílias)
BA	Buritirama	Comunidade Fundo de Pasto Brejão	54,4	221,2	100
BA	Buritirama	Povoado Buritizinho	1166,2	225,6	32
BA	Buritirama	Povoado Lagoa do Zé Pequeno	1324,5	240,1	8
BA	Buritirama	Povoado Santa Rosa	923,5	240,4	4
BA	Barra	Povoado Brejo do Olho D'água	5803,4	251,7	200
BA	Barra	Povoado Grota	477,1	254,2	12
BA	Barra	Povoado Brejo do Benguê	5752,5	258,7	-
BA	Barra	Povoado Brejo da Cachoeira	9197,6	264,9	125
BA	Barra	Povoado Brejo do Saco	10964,6	269,4	203
BA	Barra	Povoado Lagoa da Onça	2,8	288,4	13
BA	Barra	Povoado Sambaíba	4636,1	289,2	200
BA	Xique-Xique	Fazenda Garrote	1890,9	298,1	5
BA	Xique-Xique	Povoado Fazenda Santiago	526,4	300,5	6
BA	Xique-Xique	Povoado Marruá I	2351,2	304,5	15
BA	Xique-Xique	Povoado Marruá II	2014,6	304,9	20
BA	Xique-Xique	Fazenda Carnaúba	218,4	312,5	1
BA	Gentio do Ouro	Povoado Mato Grosso	360,4	340,1	14

Fonte: Levantamento de Campo, Ecology Brasil 2015

Orientada para a subsistência predominantemente, em alguns povoados, entretanto, a pecuária bovina é voltada para a comercialização. Esse é o caso do PA Piaçava (km 112), em Parnaguá/PI, do Povoado Grota (km 254), em Barra/BA, e do Povoado Fazenda Santiago (km 300), em Xique-Xique/BA. A criação de gado bovino, nesses casos, está associada à posse de terras mais amplas em comparação às propriedades vizinhas, contudo, só foram observados relatos de grandes fazendeiros latifundiários nos povoados entre Parnaguá (PI) e Buritirama (BA), entre os km 68 e 250 da LT. A comercialização do gado é realizada majoritariamente nas sedes municipais ou nos povoados de maior porte vizinhos, e o valor de venda fica entre R\$ 8,00 e R\$ 10,00/arroba.

O Trecho 01 tem como característica principal a baixa densidade populacional na AEL, com pouca ocupação sobretudo, nos municípios do estado do Piauí.

Conforme mencionado anteriormente, aqui predomina a agricultura familiar de subsistência, fortemente prejudicada pela falta de chuvas, o que possibilita apenas produção diminuta de feijão, arroz, mandioca, milho, capim e palma, bem como criação de galinhas. Foi informado que, não tem

sido possível a venda de excedente, pois a produção muitas vezes é insuficiente para o consumo familiar.

A pequena criação de gado bovino é desenvolvida para complementar a renda em casos de necessidade, quando um bezerro é vendido, e para consumo do leite.

Em Parnaguá/PI a população do Povoado Malhadinha (km 92) costumava pescar na Lagoa de Parnaguá, que está atualmente praticamente seca.

No PA Piaçava (km 112), com área total de 742 ha, cada família possui 22 ha, além de uma área de reserva legal de 140 ha, e 02 (duas) áreas comunitárias, com 25 e 12 ha. A última era destinada ao plantio de caju que não foi possível pela escassez de água. A terra do assentamento fora comprada por um banco e os assentados precisam pagar parcelas anuais para o mesmo.

Segundo Gomes (2011), no estado do Piauí há assentamentos de responsabilidade de INCRA e outros que estão ligados à programas complementares de Reforma Agrária, como o Programa Fundo de Terra para a Reforma Agrária/ Banco da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. O primeiro atuou entre 1998 e 2002, criando 53 PAs no estado, enquanto o Crédito Fundiário, criado em 2002, atuou até 2004 e implantou 67 PAs.

Este é um importante problema deste trecho da AEL, uma vez que a falta de água tem inviabilizado o desenvolvimento das atividades produtivas. Há relatos, inclusive, da morte de ovelhas por este motivo.

Algumas áreas do Trecho 01 têm relevante histórico de disputas fundiárias, como explicitado pela presença de 02 (dois) projetos de assentamento e de conflitos envolvendo a Comunidade Fundo de Pasto Brejão, situadas no município de Buritirama/BA. Nas proximidades do PA Piaçava (km 112) foi verificado conflito fundiário intenso, com a expulsão de posseiros de terras que ocupavam, inclusive com métodos truculentos.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-14 - PA Piaçava – Parnaguá/PI



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-15 - PA Piaçava – Parnaguá/PI

A partir da entrada da LT no estado da Bahia, que ocorre no município de Buritirama/BA, no quilômetro 16 do seu traçado, a ocupação torna-se mais densa, com a presença de diversos povoados rurais, desde Baixão dos Oliveiras (km 172) até Santa Rosa (km 240), contemplando 11 pontos de ocupação na AEL neste município.

Nesses locais, há uma predominância da agricultura familiar de subsistência, com venda de excedente da farinha de mandioca em alguns casos, como em Baixão dos Oliveiras (km 172), Poço da Jurema (km 190), Sítio Santo Antônio (km 193), Buritizinho (km 225) e Santa Rosa (km 240). São também criados caprinos e galináceos para venda eventual e consumo familiar.

A produção de farinha de mandioca é associada a outras culturas de subsistência, como as lavouras de milho, feijão, eventuais frutas e hortaliças e, ainda, pecuária bovina, caprina e ovina. É característica desses povoados a comercialização dos excedentes de farinha ou tapioca no mercado interno do povoado, em regime de compra por dinheiro ou de escambo por outros produtos, de maneira informal. Também, característico das estruturas produtivas nessa região é a existência de casas de farinha semiartesanal.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-16 - Criação de Caprinos em Baixão dos Oliveiras – Buritirama/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-17 - Comunidade Fundo de Pasto Brejão – Buritirama/BA

Além da farinha de mandioca, existe pequena produção de feijão e milho para consumo familiar, bem como capim e palma para o gado, que normalmente é de poucas cabeças de gado, ovinos e galinhas. Na Comunidade Fundo de Pasto Brejão (km 221) a principal atividade é a produção de hortaliças, como alface e coentro.

Ainda em Buritirama/BA, destaca-se o Povoado Poço da Jurema (km 191), que é um polo local por dispor de escola, posto de saúde e estabelecimentos comerciais. Neste povoado e nos demais da AEL neste município predomina a agropecuária de subsistência, com produção de mandioca, feijão, milho, e criação de equinos, galináceos, para os quais são plantados capim e palma.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-18 - UBS em Poço da Jurema – Buritirama/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-19 - Poço da Jurema – Buritirama/BA

No município de Barra/BA, a ocupação também é expressiva na AEL, em uma área caracterizada por brejos que nomeiam os diversos povoados ali encontrados, os quais guardam intensa dinâmica de circulação entre si. São 05 (cinco) povoados entre o km 254 e o 269 do traçado, em Barra/BA, a saber: Povoado Grota (km 254); Brejo do Olho D'água (km 255); Brejo do Benguê (km 259); Brejo da Cachoeira (km 266) e Brejo do Saco (km 269).

Dentre estes, apenas o Povoado Grota (km 254) dista a menos de 1,5 km do traçado. No entanto, os demais foram inseridos na AEL por conta da dinâmica de circulação, já que sua principal via de deslocamento é interceptada pelo traçado, ainda que estejam distantes deste.

Trata-se de uma área distante cerca de 30 km da sede municipal, e que tem como principais atividades produtivas a pecuária de subsistência, sobretudo de caprinos, além de uma produção de farinha de mandioca, milho e feijão apenas para consumo.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-20 - Povoado Grota – Barra/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-21 - Povoado Grota – Barra/BA

Na região em que o traçado da Linha de Transmissão aproxima-se do rio São Francisco, moradores do Povoado Lagoa da Onça (km 288), em Barra/BA, citaram a pesca artesanal como atividade produtiva principal. Nesse povoado a população embarca em canoas a remo, em busca de espécies como o Curimatá, o Tambaqui ou a Pescada. A arte de pesca mais utilizada, segundo os entrevistados são as redes de espera e a pesca com linha e anzol. As entrevistas revelaram, entretanto, uma situação de desestruturação da pesca como atividade econômica viável para essas populações, devido ao desaparecimento dos peixes nos últimos 10 anos. O mesmo foi citado em povoados como Fazenda Santiago (km 300), em Xique-Xique/BA, localizado do outro lado do Velho Chico, em que a pesca foi

abandonada. Nesses casos, as atividades econômicas deslocaram-se para a agropecuária de subsistência, com a produção de gado bovino extensivo, feijão, milho, mandioca e outros gêneros, como melancia, abóbora e batata.

Não foi observada ou citada na AEL próxima ao rio São Francisco a implantação de projetos específicos de irrigação para os pequenos produtores, estando estes limitados à produções de frutas em fazendas particulares de grandes proprietários.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-22 - Povoado Lagoa da Onça – Barra/BA

A AEL no município de Xique – Xique/BA, entre os km 298 e 321, engloba 05 (cinco) pontos de ocupação, sendo os mais próximos do traçado o Povoado Fazenda Santiago (km 300) e a Fazenda Carnaúba (km 312).

Embora próximo ao rio São Francisco, o local é bastante seco e a tradição de pesca tem sido castigada pelas estiagens e diminuição drástica do estoque pesqueiro daquele rio. Atualmente, a população local vive de pecuária bovina e agricultura familiar de melancia, milho, feijão, e mandioca, principalmente para consumo.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-23 - Povoado Fazenda
Santiago – Xique – Xique/BA**



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-24 - Povoado Fazenda
Santiago – Xique – Xique/BA**

No km 340 da LT, ainda no Trecho 01, em Gentio do Ouro (BA), o pequeno Povoado Mato Grosso, situado às margens da BR-330, tem como atividade principal o garimpo de cristais. Essa atividade está relacionada ao histórico da ocupação da região, e representa ganhos variáveis de cristais recolhidos superficialmente ou escavados artesanalmente em veios de baixa profundidade na região. A produção nesse povoado é complementada pela agropecuária, com destaque para a produção de farinha de mandioca, voltada para comercialização.

Para consumo, é plantado, também, feijão de corda, milho, melancia e abóbora, embora a escassez de chuvas tenha dificultado tais cultivos. Moradores informaram que antigamente a região tinha muita caça, mas que atualmente o costume se perdeu, seja pela ausência de animais, embora preás sejam numerosos na região, seja pelo maior rigor na fiscalização contra a atividade.

Comum ao longo de toda a área de estudo local, também no Trecho 01 foi verificado importante movimento emigratório. Este se dá por conta da escassez de chuvas que assola a região, o que inviabiliza a produção agropecuária e, portanto, aprofunda a falta de oportunidades para geração de renda local. Assim, é comum que jovens a partir de 17/18 anos de idade, principalmente homens, passem temporadas trabalhando em outros municípios ou estados, como São Paulo, Brasília, Goiânia, dentre outros. Na maioria das vezes os indivíduos retornam para seus locais de origem após alguns meses ou anos, embora, tenha sido relatado que algumas famílias acabam por se estabelecer e não retornam.

2.2.4.4.7.2.3.2 - Trecho 02 - LT 500 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas

Esse trecho, delimitado pelas localidades na AEL ao longo do traçado da LT 500 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas, é caracterizado por incluir áreas de ocupação bastante antiga, relativas ao ciclo do ouro na região, e guarda atividades econômicas que são resquícios desse período, como o garimpo de cristais e a presença da agropecuária de subsistência, incluindo algumas áreas de comunidades tradicionais quilombolas e fundo de pasto.

Os 20 pontos de ocupação humana presentes neste trecho da AEL estão apresentados no **Quadro 2.2.4.4.7-10**. 12 destes pontos distam até 1,5 km do traçado e, portanto, serão contemplados nesta seção.

Quadro 2.2.4.4.7-10 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 02 - Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)	População (Famílias)
BA	Gentio do Ouro	Povoado Gameleira do Assuruá	1342,6	2,4	146
BA	Gentio do Ouro	Distrito de Itajubaquara	1397,4	13,3	566
BA	Gentio do Ouro	Com Fundo de Pasto São Gonçalo	6,0	30,7	18
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cedro	1190,8	39,2	30
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riacho do Cedro	3190,7	43,5	110
BA	Gentio do Ouro	Povoado Silvério	668,8	44,6	20
BA	Gentio do Ouro	Com. Quil. Barreiro Preto	1876,5	47,8	13
BA	Ipupiara	Povoado Traçadal	74,4	52,6	20
BA	Gentio do Ouro	Carranca	1606,7	54,0	18
BA	Ipupiara	Povoado Furados	1808,0	57,7	20
BA	Ipupiara	Povoado Chiquita	1764,6	59,1	8
BA	Ipupiara	Povoado Gavião	1875,4	66,2	15
BA	Ipupiara	Povoado Caiçara	270,0	68,0	20
BA	Ipupiara	Fazenda Extremo	620,6	72,8	4
BA	Ipupiara	Povoado Axuré	758,3	80,2	8
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Santa Cruz	1435,1	96,0	12
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Fundo Largo	657,9	105,3	17
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Mangabeira	1015,1	109,2	40
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Papagaio	2095,7	113,2	16
BA	Brotas de Macaúbas	Povoado Boa Vista	1598,1	115,3	30

Fonte: Levantamento de Campo, Ecology Brasil 2015

O garimpo de cristal concentra-se no Povoado de Gameleira do Assuruá, no Distrito de Itajubaquara, e no Povoado Cedro, localizados entre os km 2 e 40 do Trecho 02, aproximadamente. Essa região já foi

foco de ampla exploração de ouro, contudo, os veios do metal precioso já foram extintos, de acordo com os moradores. Atualmente, o garimpo deslocou-se para a busca de cristais. Essa produção oferece alto valor de venda, variando entre R\$ 50,00 a R\$ 2.000,00/kg, de acordo com tipo do cristal, o tamanho da pedra e sua pureza. Os principais compradores citados são atravessadores chineses, que buscam nas áreas rurais as pedras extraídas nos povoados.

Acompanhando o traçado da LT no sentido Sul, entre os km 30 e 70, emerge a predominância da produção de farinha de mandioca, desenvolvida em moldes tradicionais ou modernizada. Esse trecho, iniciado em Gentio do Ouro (BA) e se estendendo até Ipupiara (BA), engloba a Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo, o Povoado Silvério, o Povoado Traçadal e o Povoado Caiçara. Essa produção tem reduzido quantitativo, sendo orientada à comercialização em metade dos povoados, e à subsistência à outra metade, com venda de excedentes em Ipupiara (BA). O preço de comercialização desse produto é de aproximadamente R\$ 1,00/kg.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-25 - Casa de farinha tradicional em Gentio do Ouro (BA)



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-26 - Casa de farinha modernizada em Ipupiara (BA)

A partir do km 70, ainda em Ipupiara (BA), até o final do traçado da LT no Trecho 2, no km 115, predomina a agropecuária de subsistência, nos mesmos moldes apresentados no Trecho 01. A única exceção é a Fazenda Extremo, em Ipupiara (BA), que possui uma produção de leite regularmente comercializada no centro da cidade.

Entre os km 0 e 13 deste trecho encontram-se 02 distritos do município de Gentio do Ouro/BA: Gameleira do Assuruá (km 2) e Itajubaquara (km 13), ambos na AEL. Trata-se de aglomerações populacionais consideráveis, especialmente em Itajubaquara, antigamente conhecido como Caldeirão. Gameleira do Assuruá (km 2) possui importante patrimônio histórico, tendo sido a primeira sede do

município de Gentio do Ouro/BA e importante centro de referência para o desenvolvimento do garimpo na região no final do século XIX¹.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-27 - Edificação histórica em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-28 - Edificações históricas em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA

Moura (1997) informa que as Minas de Açuruá foram descobertas em 1836, a partir de quando a ocupação do local foi intensificada pelo garimpo, mas também pela criação extensiva e agricultura de subsistência.

O distrito conta com pequenos estabelecimentos comerciais, responsáveis por uma diminuta geração de empregos locais, os quais também ocorrem via serviços públicos. As principais atividades econômicas, no entanto, são rurais, agricultura familiar de subsistência de mandioca, milho e feijão, além do garimpo.

A renda dos moradores locais é composta pela aposentadoria, servidores públicos, estabelecimentos comerciais, garimpo e Bolsa Família. Na Gameleira do Assuruá, distrito em que deve ser instalada a Subestação Gentio do Ouro II, que interligará 03 (três) LTs, existe ainda uma produção artesanal de cachaça, comercializada localmente.

1 <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/gentiodoouro.pdf>



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-29 - Igreja em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-30 - Edificações em Gameleira do Assuruá – Gentio do Ouro/BA

Seguindo o traçado da LT situa-se o Distrito de Itajubaquara (km 13), antigamente chamado de Caldeirão, denominação que permanece presente na fala dos moradores mais antigos da região. O relato destes moradores retorna a uma época na qual a região era rica em minas de ouro, daí o nome Caldeirão do Ouro, o que levou ao desenvolvimento do povoado que se tornaria distrito no início do século XX.

Os tempos de riqueza do ouro são lembrados com pesar ao se relatar as atuais dificuldades de sobrevivência que caracterizam toda a região, que gera um processo emigratório já mencionado anteriormente.

As principais fontes de renda para os moradores são o serviço público, a aposentadoria e o Bolsa Família, enquanto o garimpo permanece como atividade, mas a renda decorrente desta é incerta.

Existe produção de farinha no local, que conta com uma casa de farinha, para comercialização, que muitas vezes não se concretiza devido à baixa produtividade decorrente da ausência de chuvas. No local já se plantou mamonas para comercialização, mas esta atividade cessou também devido à estiagem. De modo a complementar a segurança alimentar, as famílias criam galinhas e gado bovino para consumo.

No km 30 da LT, encontra-se a Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo, no município de Gentio do Ouro/BA. A comunidade tem sido marcada por conflitos com empreendimentos eólicos que pretendem se instalar no local. A empresa responsável negociou o arrendamento de terras com pessoas que não são de fato donas de terra na comunidade, sequer residem na mesma. A população

da comunidade reclamou dos métodos utilizados pela empresa de energia eólica, relatando que foram intimidados a assinar documentos sem esclarecimento do que se tratava.

Há 04 anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) está apoiando a comunidade a lidar com tal conflito, inclusive em termos jurídicos, o que é facilitado pelo fato de uma integrante da CPT residir em um dos povoados abrangido pelo território da Comunidade Fundo de Pasto, os quais são: São Gonçalo (único que faz parte da AEL), Mato do Meio, Descanso, Retiro e Gentio do Chagas.

Em relação às atividades produtivas, a comunidade tem como destaque a produção de farinha de mandioca. Embora o foco seja sua comercialização, a dificuldade decorrente da escassez de água tem possibilitado a produção apenas para subsistência.

No local, ainda, há também quem atue no garimpo, atividade extremamente instável e que depende de sorte. O sustento costuma ser complementado pela criação de galinhas e gado bovino para consumo e eventual venda de bezerros. Este gado é criado solto em uma área coletiva ao fundo das roças. As principais fontes de renda, neste cenário de dificuldades, são o Bolsa Família e aposentadoria.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-31 – Produção de Farinha de Mandioca na Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo – Gentio do Ouro/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-32 - Comunidade Fundo de Pasto São Gonçalo – Gentio do Ouro/BA

Entre os km 39 e 59 da LT, encontram-se 07 (sete) povoados rurais e 01 (uma) Comunidade Quilombola na AEL, contemplando parte dos municípios de Gentio do Ouro/BA e Ipupiara/BA. A ocupação no local é bastante antiga, segundo os moradores locais, e desenvolve-se ao longo de uma estrada de terra que liga todos estes povoados.

Nesta porção do Trecho 02 situam-se os povoados Cedro (km 39), Riacho do Cedro (km 43), Silvério (km 44), Comunidade Quilombola Barreiro Preto (km 48), Traçadal (km 52), Carrancas (km 53), Furados (km 57) e Chiquita (km 59).

Aqui, assim como em toda a AEL, é comum a emigração temporária de homens jovens em busca de trabalho em outros municípios ou estados. O trabalho, normalmente, ocorre no setor de serviços.

O Povoado Cedro, ainda, situa-se numa área em que o garimpo de cristal tem maior relevância enquanto atividade e para a geração de renda local. Cerca de metade das famílias do povoado vivem do garimpo, cujos cristais variam de R\$ 50,00 a R\$ 2.000,00/kg, dependendo do tipo encontrado. Estes são vendidos no próprio povoado para Chineses que se instalam em hotéis e pousadas de Gentio do Ouro e circulam os povoados rurais da região comprando cristais.

Além do garimpo, a comunidade produz mandioca, farinha de mandioca, milho, feijão, plantam capim, palma e cana-de-açúcar, e cria bovinos e galináceos. A farinha de mandioca é comercializada também como tapioca, a qual é produzida em uma casa de farinha comunitária. Verifica-se que o trabalho de raspar a mandioca e fazer tapioca é exclusivo de mulheres no povoado.

Aposentadoria e Bolsa Família são importantes fontes de renda locais, uma vez que o garimpo é atividade instável e a produção agrícola tem sido comprometida pela escassez de chuvas.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-33 – Povoado Cedro
– Gentio do Ouro/BA**



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-34 – Igreja, Cruzeiro e Cristo no
Povoado Cedro – Gentio do Ouro/BA**

Nos demais povoados desta seção do trecho 02 predomina a produção de farinha de mandioca para subsistência e venda de excedente, o que tem sido raro nos últimos anos. Além desta, plantam feijão para consumo, bem como milho, palma e capim para os animais, cuja criação é de bovinos e ovinos.

A produção local, quando é suficiente, é vendida na feira da cidade de Ipupiara (BA), que ocorre sempre às 2^{as} feiras. Um saco de 50 kg de farinha de mandioca é vendido a R\$ 50,00, ou seja, R\$ 1,00/kg. Já os bezerros, cuja venda ocorre em momentos de maior necessidade, são vendidos a cerca de R\$ 150,00/arroba.

De modo a complementar a renda, algumas famílias preparam pasto para alugar, quando elas mesmas não possuem gado. As fontes de renda principais são aposentadoria e Bolsa Família, já que a renda proveniente da agricultura e pecuária é instável.

As terras têm em média, entre 30 e 40 ha e são divididas entre as famílias, e não entre cada proprietário, uma vez que o trabalho é também familiar.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-35 - Plantação de Palma
no Povoado Silvério – Gentio do Ouro/BA**



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-36 - Povoado Silvério
– Gentio do Ouro/BA**

Ao fim do trecho 02, a LT atravessa partes dos municípios de Ipupiara/BA e Brotas de Macaúbas/BA, entre seus km 65 e 120. Os povoados da AEL aqui estão dispostos ao longo de uma estrada de terra cujo acesso se dá em um entroncamento com a rodovia estadual BA-046, na altura do km 66 da LT.

Inicialmente, em Ipupiara/BA, situam-se os povoados Gavião (km 65), Caiçara (km 67), a Fazenda Extremo (km 72) e o Povoado Axuré (km 80). Foi verificado que há relações de parentesco entre os moradores do Povoado Caiçara (km 67) e da Fazenda Extremo (km 72).

O local abriga estes povoados que se desenvolvem ao longo de uma estrada de terra que os conecta, aos pés da Serra da Mangabeira, na qual moradores citaram a presença de cavernas e pintura rupestre.

Nesta serra já existem alguns empreendimentos eólicos, os quais podem ser avistados nestes povoados. Os moradores não relataram problemas de convivência em relação à estes empreendimentos, embora o aproveitamento de mão de obra local tenha sido diminuta e, por outro lado, alguns acessos foram melhorados.

No Povoado Mangabeira (km 109), moradoras informaram que antigamente o local só era acessado a cavalo, já que não existia estrada, a qual foi aberta a cerca de 30 anos. O local existe há mais de 50 anos e os moradores guardam relações de parentesco com famílias dos outros povoados da região.

As atividades produtivas nesta área do Trecho 02 são voltadas essencialmente para subsistência, uma vez que as dificuldades impostas pela escassez de água não possibilitam a geração de excedente a ser comercializado. É produzida farinha de mandioca e feijão, além de milho para consumo humano e animal. São comuns pequenas criações de gado bovino, para consumo de leite, e galináceo, os quais são consumidos e vendidos em períodos de necessidade. Existe também plantação de palma e capim para alimentar o gado.

A pequena produção excedente, quando ocorre, é comercializada principalmente em uma feira do Povoado Cocal, fora da AEL.

Os períodos de chuva tradicionalmente ocorrem entre os meses de novembro a janeiro, embora moradores relatem que nos últimos anos as chuvas têm sido pouco frequentes.

Neste cenário, as principais fontes de renda são a aposentadoria e o Programa Bolsa Família, do governo federal. Eventualmente, ocorrem serviços por diária, quando um indivíduo é pago em média R\$ 40,00 para trabalhar na terra de alguma fazenda próxima, embora estas também sejam escassas. Nestes povoados as terras são em média pequenas, entre 10 e 20 ha.



Fonte: Ecology Brasil, 2015



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-37 - Povoado Caiçara – Ipupiara/BA

Figura 2.2.4.4.7-38 – Povoado Axuré – Ipupiara/BA

Ao adentrar em Brotas de Macaúbas/BA encontram-se os Povoados Santa Cruz (km 96), Fundo Largo (km 105), Mangabeira (km 109), Papagaio (km 113) e Boa Vista (km 115).

São, também, povoados onde predomina a agropecuária de subsistência, na qual se planta farinha de mandioca, cana-de-açúcar, feijão, milho e algumas árvores frutíferas, além de criação de galináceos, e gado bovino apenas para consumo.

No Povoado Boa Vista (km 115), a produção de mandioca, feijão e milho, para consumo, é complementada com frutíferas como laranja, manga e mamão, além de coentro.

As principais fontes de renda são a aposentadoria e o Bolsa Família, enquanto diárias trabalhadas em fazendas vizinhas são raras e, quando ocorrem, a remuneração é entre R\$ 40 e R\$ 50.

Foram identificadas relações de parentesco entre moradores dos povoados Santa Cruz (km 96) e Fundo do Largo (km 105). Neste último os moradores informaram que o povoado surgiu a pouco mais de 50 anos, quando o local era um pasto abandonado de uma fazenda da própria família.

Já o povoado Santa Cruz tem mais de 100 anos, tendo sido povoado na época do garimpo. Foi relatada a existência de uma feira no povoado até cerca de 50 anos. O garimpo de cristal, ainda, existe, embora seja normalmente empreendido por pessoas “de fora” que buscam as riquezas da serra. Assim como nos demais, nesta área do Trecho 02 é, também, comum a emigração temporária de homens jovens.

A maior parte das terras de cada família nestes povoados não ultrapassa 30 hectares, sendo que a maioria é menor.

O povoado Santa Cruz (km 96) é impactado pela presença de uma LT (**Figura 2.2.4.4.7-40**), que fora construída no local.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-39 - Povoado Boa Vista
– Brotas de Macaúbas/BA**



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-40 - LT no Povoado Santa Cruz
– Brotas de Macaúbas**

2.2.4.4.7.2.3.3 - Trecho 03 - LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II

O Trecho 03 da AEL compreende os 152 km da LT 500 kV Gentio do Ouro II – Ourolândia II, contemplando 26 pontos de ocupação humana. Dentre estes pontos, 14 situam-se a menos de 1,5 km de distância do traçado e, portanto, serão abordados no presente item (**Quadro 2.2.4.4.7-11**).

A região é marcada, principalmente, por maior adensamento populacional, com povoados rurais e comunidades quilombolas onde predomina a produção de mamona.

Quadro 2.2.4.4.7-11 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 03 – Área de Estudo Local (AEL)

UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO	Dist. (m)	km (m)	População (Famílias)
BA	Gentio do Ouro	Povoado Riachão	841,5	16,6	7
BA	Gentio do Ouro	Povoado Cotovelo	527,7	29,7	55
BA	Itaguaçu da Bahia	Acampamento Água Quente	630,1	35,6	2
BA	Itaguaçu da Bahia	Com. Quil. Alegre	5767,7	36,1	36
BA	Itaguaçu da Bahia	Com. Quil. Barreiros	9447,7	39,7	500
BA	Central	Comunidade Quilombola Vereda	1290,4	51,1	152
BA	Central	Com. Quil Caroá	1521,5	53,6	30
BA	Central	PA Novo Esplendor	2231,2	58,8	27
BA	Central	Larguinha II	1793,4	61,6	50
BA	Central	Sede Municipal	2230,1	63,5	4936

UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO	Dist. (m)	km (m)	População (Famílias)
BA	Central	Fazenda Canadá	417,8	65,6	1
BA	Central	São João do Zé de Preta	1475,5	68,8	32
BA	Jussara	Povoado Alto Bonito	1373,8	73,9	15
BA	Jussara	Larga dos Mendes	2101,0	73,8	300
BA	Jussara	Povoado Larga do Elói	596,6	75,3	100
BA	Jussara	Larga do Cruzeiro	2568,8	75,4	150
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo I	841,5	79,3	50
BA	Jussara	Povoado Mundo Novo II	213,2	79,6	12
BA	Jussara	Sede Municipal	3228,7	81,2	3763
BA	Jussara	Povoado Recife	4053,2	90,3	1000
BA	Jussara	Com. Quil. Algodões	5303,3	100,6	94
BA	São Gabriel	Com. Quil. Carozal	1003,8	108,2	180
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Guilhermino	414,3	115,3	8
BA	São Gabriel	Povoado Boqueirão do Ezequiel	822,6	117,6	23
BA	São Gabriel	Com. Quil. Boqueirão dos Carlos	3506,0	118,0	100
BA	Morro do Chapéu	Povoado Umburaninhas	666,3	145,3	252

Fonte: Levantamento de Campo, Ecology Brasil 2015.

Inicialmente, no município de Gentio do Ouro (BA), localiza-se o Distrito Gameleira do Assuruá, abordado anteriormente. Em seguida, na altura do quilômetro 16 da LT, situa-se o povoado Riachão. Trata-se de um local isolado, cujo acesso se dá por uma estrada de terra em condições precárias a cerca de 01 hora e meia da sede do município.

O povoado tem rico patrimônio histórico, já que seu processo de ocupação se remete à chegada no local de um antepassado dos moradores atuais, procedente de Pernambuco com 100 escravos, há mais de 200 anos. No local foi estabelecida uma fazenda e construída uma igreja com mão de obra escrava, a qual permanece no local atualmente. Os moradores informaram que há, embaixo da igreja, sepulturas de escravos e que no povoado há mais 2 cemitérios, sendo 01 de escravos e outro da família dos senhores.

Residem 07 (sete) famílias no local, todas parentes, que praticam agricultura de subsistência de feijão, milho, mandioca e batata, além de criação de galinha, bode e gado bovino, também, para consumo. A venda do excedente ocorre quando alguém vai ao povoado comprar, o que não é recorrente devido às condições da estrada. A renda principal é proveniente da aposentadoria.

Cada família trabalha na sua própria terra e relataram que não têm mais o costume de criar animais soltos, pois muitos eram comidos por onças. O tamanho das áreas produtivas varia em cada família, sendo a menor de apenas 05ha. e a maior com mais de 100 ha.

Ao lado do núcleo do povoado está se instalando um empreendimento eólico. Os moradores relataram que estão com receio de serem proibidos de plantar e que já houve negociações de terras. Ainda que estes afirmem terem permitido apenas a passagem dos veículos do empreendimento, pode-se avistar uma placa de “Propriedade Particular” da empresa de energia em território do povoado.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-41 – Povoado Riachão
– Gentio do Ouro/BA**



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-42 – Igreja Centenária no Povoado
Riachão – Gentio do Ouro/BA**

Seguindo o traçado da LT, este atravessa o município de Itaguaçu da Bahia, entre os km 24 e 47. Na AEL situam-se o Povoado Cotovelo (km 29), o Acampamento Água Quente (km 35), e as Comunidades Quilombolas Alegre (km 36) e Barreiros (km 37). Estas duas foram inseridas na AEL, principalmente, por conta da possibilidade de seu principal acesso ser utilizado para as obras.

O Acampamento Água Quente (km 35) está situado às margens da rodovia estadual BA-438, não asfaltada, em uma área onde existem diversos acampamentos em sequência. Trata-se de propriedades adquiridas por igrejas católicas e evangélicas que as usam, sobretudo, para retiros. Normalmente nestas vivem apenas a família dos funcionários, e os locais recebem fiéis nos finais de semana. As famílias residentes, portanto, vivem do salário recebido para zelar pelo local.

Entre seus km 50 e 118, contemplando partes do município de Central/BA, Jussara/BA e São Gabriel/BA, o traçado da LT atravessa uma área mais densamente ocupada entre a Comunidade Quilombola Vereda (km 50) e o Povoado Boqueirão do Ezequiel (km 117).

A produção de mamona é marcante nessa região do semiárido baiano. A cultura é bem adaptada à escassez de água, e é praticada por pequenos e grandes proprietários igualmente. Parte da produção é comprada diretamente pela Petrobrás, e outra parte é encaminhada para atravessadores que compram diretamente nas localidades, ou é vendida nas sedes municipais. O valor mínimo da mamona foi identificado no Povoado Mundo Novo I, em Jussara (BA), a R\$ 0,92/kg, e o valor máximo foi identificado na Comunidade Quilombola Carozal, em São Gabriel (BA), a um preço de R\$ 1,37/kg.

Assim como nos outros trechos, a produção local é associada à cultura do milho, do feijão e outras lavouras temporárias, mas no Trecho 03 as principais criações de animais são as de caprinos e ovinos, superando a produção de bovinos. Nos povoados de Boqueirão do Guilhermino e Boqueirão do Ezequiel, em São Gabriel (BA), entre os km 110 e 120 da LT, essa é a principal atividade produtiva. Nesses casos, os animais são comercializados vivos, a um preço que varia em torno de R\$ 5,00/kg. Parte da criação desses animais é criada em regime de “pasto solto”, com pouco ou nenhum manejo na criação.

Duas localidades diferenciam-se do padrão observado ao longo do Trecho 03. No km 35 da LT localiza-se o Acampamento Água Quente, em Itaguaçu da Bahia (BA), onde a principal atividade é o turismo, sendo o local uma área de balneário, com espaço para acampamento, e orientado para comunidades de igrejas evangélicas.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-43 - Compradores locais de mamona e milho em São Gabriel (BA)



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-44 - Acampamento Água Quente, em Itaguaçu da Bahia (BA)

Na altura do km 50 da LT encontra-se a Comunidade Quilombola Vereda, local de ocupação muito antiga nas proximidades do Riacho Largo. Nesta comunidade e na região de entorno da mesma as atividades produtivas predominantes são a agricultura familiar de mamona, algodão e feijão, voltados

para venda. No entanto, a escassez de água tem inviabilizado uma produção em quantidade suficiente para comercialização. Assim, a produção local tem permitido apenas a subsistência das famílias, para a qual também são plantados milho e mandioca. A segurança alimentar é complementada pela criação de ovinos e bovinos.

Neste contexto, as principais fontes de renda da população local são aposentadoria e o Bolsa Família. São poucos os que conseguem empregos temporários na sede do município de Central. Nos povoados desta região, as propriedades são normalmente pequenas, em média cerca de 10 ha.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-45 – Comunidade Quilombola Vereda – Central/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-46 - Comunidade Quilombola Vereda – Central/BA

No km 65 do traçado, a Fazenda Canadá, com 13 ha., ainda no município de Central/BA, já está impactada por uma Linha de Transmissão e de acordo com relatos do entrevistado, a residência da família precisou ser removida 02 (duas) vezes, por problemas no projeto da empresa responsável, para a instalação da LT. A fazenda pertence à família há aproximadamente 100 anos, tendo passado de geração para geração, sendo que as fazendas vizinhas são da mesma família.

O proprietário atingido informou, ainda, que com a indenização construirá uma nova casa na mesma propriedade. Foi perdida produção de mandioca, milho, mamona, pinha e coco para instalação da LT e, de acordo com seu relato, não tinha recebido indenização até o momento. A produção local é semelhante à da região em que se insere, ou seja, produção de mamona, milho, feijão, e criação de galinha, apenas para subsistência.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-47 -Plantação e LT na Fazenda Canadá – Central/BA

No Povoado Alto Bonito (km 73), foi relatado que algumas famílias têm abandonado a plantação de mamona, após perder várias colheitas por conta da seca, e passado a plantar sorgo para alimentar os animais. Existe, também, pequena produção de alface e coentro, apenas para consumo. Quando ocorre excedente na produção local, esta é vendida na sede do município de Jussara/BA.

Em Larga do Helói (km 75), um morador antigo do local relatou que antigamente, quando chovia regularmente, se produzia mamona e milho, além de criação de animais e era possível obter rendimento proveniente desta produção. Atualmente, no entanto, planta-se apenas para subsistência, devido à falta de água. Aqui, assim como neste trecho da AEL, as propriedades não ultrapassam 30 ha.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-48 – Povoado Largo do Helói – Jussara/BA

Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-49 – Povoado Alto Bonito – Jussara/BA

Na AEL, em São Gabriel/BA, situa-se a Comunidade Quilombola Carozal (km 108). O processo de ocupação do povoado está ligado a um passado no qual a área era uma parada de caravana e de caça, tendo sido estabelecida ocupação perto de uma lagoa. Assim como ocorre em toda a AEL, aqui, também, é comum que homens jovens (o chefe da casa) saiam para trabalhar em outros lugares, especialmente na colheita de café em Minas Gerais. Nesta comunidade foi informado que cerca de 25 pessoas emigram todo ano, retornando após uma temporada. A produção local de milho e mamona é voltada para a venda a atravessadores que vão até a própria comunidade. Existe criação de gado bovino e ovelhas para consumo e eventual venda. O sorgo, também, é plantado, para alimentação dos animais, bem como o milho. Neste cenário a venda da produção agrícola é importante fonte de renda para a população local, especialmente a de milho e mamona. Ainda assim, diante da instabilidade de renda proveniente da agricultura, a aposentadoria e Bolsa Família são importantes fontes de renda das famílias.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-50 – Comunidade Quilombola
Caroazal – São Gabriel/BA**

Entre os km 115 e 117, encontram-se os povoados Boqueirão do Guilhermino e Boqueirão do Ezequiel. O processo de ocupação destes locais está ligado à chegada de famílias da própria região que se estabeleceram para trabalhar na terra, há mais de 100 anos. Foram identificadas relações de parentesco entre famílias dos dois povoados. A produção local é, principalmente, de milho para ração animal e pouca mamona. Outra atividade importante é a criação de ovelhas e bodes, tanto para consumo como para venda, a qual ocorre na sede de São Gabriel ou no povoado Gameleira. Foi relatado, entretanto, que mesmo a criação destes animais tem sido inviabilizada pela seca. Mesmo assim, a venda destes constitui importante fonte de renda para as famílias, acrescida da aposentadoria e do Bolsa Família, únicas garantias de renda frequente, independente das condições climáticas. Nestes povoados as propriedades têm, em média, até 30 ha.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-51 – Povoado Boqueirão do Ezequiel – São Gabriel/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-52 – Povoado Boqueirão do Guilhermino – São Gabriel – BA

Já no Povoado Umburaninhas (km 145), em Morro do Chapéu (BA), predomina a produção de leite, que é voltada para o abastecimento de uma indústria de laticínios em Várzea Nova (BA) e comercialização nos povoados e municípios vizinhos. Além da venda do leite, algumas famílias produzem requeijão para consumo e venda. Existe, ainda, no povoado, agricultura irrigada de mamona, caju e milho, os quais são comercializados, bem como o sisal que também é plantado localmente. Bodes e galinhas são criados para complementar a alimentação familiar e venda, em momentos de necessidade. Planta-se, apenas para consumo, umbu, maracujá, acerola e limão. Assim, a venda de leite e mamona são importantes fontes de renda local, juntamente à aposentadoria e o Bolsa Família. Neste trecho da AEL, conforme abordado anteriormente, predominam pequenas propriedades, com até 30 ha.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-53 – Povoado Umburaninhas – Morro do Chapéu/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-54 – Povoado Umburaninhas – Morro do Chapéu/BA

2.2.4.4.7.2.3.4 - Trecho 04 - LT 500 kV Ourolândia II - Morro do Chapéu II e do Seccionamento LT 230 kV Senhor do Bonfim – Irecê

O Trecho 04 engloba as localidades da AEL nas proximidades da LT 500 kV Ourolândia II - Morro do Chapéu II e do Seccionamento LT 230 kV Senhor do Bonfim – Irecê. Dentre todas as localidades da AEL neste trecho, apenas 05 situam-se numa distância de até 1,5 km de distância do traçado (**Quadro 2.2.4.4.7-12**).

Destaca-se, aqui, a presença de 09 (nove) Comunidades Quilombolas na AEL, sendo que a mais próxima ao traçado da LT, conforme ponto georreferenciado em campo referente ao núcleo central da comunidade, é a Comunidade Quilombola Lapinha, a cerca de 800 m do empreendimento.

Quadro 2.2.4.4.7-12 - Pontos de Ocupação Humana no Trecho 04 – Área de Estudo Local (AEL)

UF	Município	Descrição	Dist. (m)	km (m)	População (Famílias)
BA	Ourolândia	Olho D'água do Fagundes	2491,9	8,8	60
BA	Morro do Chapéu	Fazenda Lagoa do Xique-Xique	501,0	2,8	1
BA	Morro do Chapéu	Com. Quil. Mulungu	2347,3	18,0	24
BA	João Dourado	Com. Quil. Angicão	2635,7	23,7	36
BA	João Dourado	Com. Quil. Serra Azul	2661,3	31,9	6
BA	João Dourado	Fazenda Nova	1770,0	36,6	2
BA	América Dourada	Com. Quil. Garapa	2507,9	38,9	25
BA	América Dourada	Com. Quil. Sertão Bonito	3947,4	41,2	10
BA	América Dourada	Com. Quil. Queimada dos Beneditos	3173,4	41,7	32
BA	América Dourada	Comunidade Batom	1066,5	43,1	4
BA	América Dourada	Terra Nova	2567,7	43,8	30
BA	América Dourada	Com. Quil. Lagoa Verde	4930,9	45,7	40
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Canabrava	1541,9	52,6	10
BA	América Dourada	Comunidade Quilombola Lapinha	793,3	60,4	26
BA	Morro do Chapéu	PA Recreio	1195,1	63,9	23
BA	Morro do Chapéu	São Rafael	1961,2	64,2	100
BA	Morro do Chapéu	Povoado Espinheiro II	1289,5	72,8	80

Fonte: Levantamento de Campo, Ecology Brasil 2015

Assim como no Trecho 03, a produção mais marcante é a de mamona. Entretanto, os povoados do presente trecho obtêm um valor de comercialização um pouco melhor, variando entre um mínimo de R\$ 1,00/kg, no Povoado Espinheiro (km 72) e no PA Recreio (km 64), ambos depois do quilômetro 60 da LT em Morro do Chapéu (BA), e um valor máximo de R\$ 1,25/kg na Comunidade Quilombola Serra Azul, em João Dourado (BA), próxima ao km 32 da LT.

Destaca-se nos povoados da AEL situados entre os km 30 e 80, aproximadamente, a existência de produção de hortifrutigranjeiros, sendo recorrente o uso de irrigações, em sistemas de agricultura familiar. Essa produção é considerada secundária, sendo registrada como atividade principal somente na Comunidade Quilombola Canabrava, em América Dourada (BA). Mesmo assim, essa produção representa uma complementação de renda e da dieta das famílias locais, oferecendo, comparativamente às populações dos demais trechos, uma condição de segurança alimentar e de renda um pouco melhor.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-55 – Plantação irrigada em João Dourado (BA)

Em todos os trechos, é importante ressaltar, que a sustentabilidade econômica das atividades produtivas realizadas na AEL é incerta, tanto devido às dificuldades inerentes às condições climáticas e ambientais quanto às dificuldades de acesso a melhorias nas técnicas de produção e estruturas de escoamento da produção, que fica, em grande parte, submetida a uma sequencia de atravessadores que corroem a lucratividade da produção.

No trecho 04, a única fonte de renda diferenciada que foi apontada pelos entrevistados refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos dos governos municipal e estadual na Comunidade Quilombola Lapinha, em América Dourada (BA).

No km 2,8 encontra-se a fazenda Lagoa do Xique-xique, cujo proprietário, já falecido, era oriundo do povoado Olho D'água do Fagundes em Ourolândia (BA), estando a fazenda, no momento, sob propriedade de sua viúva. A produção local é voltada para a pecuária de corte, contando com 45 cabeças de gado cuja venda é realizada no povoado Lagoa 33. Para alimentar o gado planta-se milho. Foi relatado que, quando as chuvas eram regulares, plantavam mamona e feijão, o que não tem mais sido possível devido à escassez de água. A renda da família proprietária advém da pecuária e aposentadoria, enquanto a renda da família do vaqueiro é proveniente de seu salário.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-56 – Fazenda Lagoa do Xique-Xique – Morro do Chapéu/BA

Na altura do km 32 do traçado, encontra-se a Comunidade Quilombola Serra Azul. O local é, também, um projeto de assentamento, cuja terra fora comprada pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia (CDA), para assentar as famílias. Em tal modalidade de assentamento, as famílias precisam pagar ao banco o valor pela terra adquirida, em parcelas anuais.

As famílias são oriundas dos povoados Mata do Milho e Soares. Diante das dificuldades de sustento no local, das 30 famílias assentadas inicialmente, apenas 06 (seis) ainda residem no assentamento em questão, enquanto outras mantém áreas produtivas, mas residem no povoado Mata do Milho. Tal como observado ao longo de toda a área de estudo, é comum que homens jovens saiam para trabalhar na colheita de café em Minas Gerais e retornam após uma temporada fora.

A produção local é voltada para a mamona, que é comercializada principalmente no Povoado Mata do Milho. Um saco de 60 kg é vendido por R\$ 75,00 e esta é a principal fonte de renda das famílias locais, embora a aposentadoria e o Bolsa Família sejam garantias de rendimento mensal.

Além da mamona, planta-se milho e sorgo para ração, bem como feijão de corda, banana e tomate apenas para consumo. Há pequenas criações de animais, sobretudo gado bovino, para consumir o leite e, eventualmente, venda de bezerros.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-57 - Comunidade Quilombola
Serra Azul – João Dourado/BA**



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-58 - Comunidade Quilombola
Serra Azul – João Dourado/BA**

A Comunidade Batom (km 43) é um pequeno local onde residem apenas 04 famílias há mais de 50 anos. Atualmente, permanecem no local os mais idosos, já que homens jovens costumam emigrar para buscar trabalho.

Aposentadoria e o Bolsa Família são as principais fontes de renda destas famílias, já que a seca tem inviabilizado a plantação de mamona, sendo possível apenas pequenos cultivos de milho e feijão para consumo, bem como a criação de galinhas. As terras possuem em média 20 ha.

Entre os km 52 e 60 do traçado, localizam-se as Comunidades Quilombolas Canabrava e Lapinha, ambas no município de América Dourada (BA), e situadas próximas ao rio Jacaré, atualmente seco.

Os moradores da comunidade Cana Brava vivem de agricultura familiar, embora a forte estiagem esteja dificultando os modos de vida locais, levando a um processo de emigração mencionado anteriormente.

Alguns moradores contam com poços artesianos que permitem o uso de irrigação para plantar tomate, cebola, cenoura, beterraba, milho verde e mamão, sendo que a venda do excedente desta produção é importante fonte de renda. A venda ocorre, normalmente, para atravessadores na própria

comunidade, enquanto são plantados feijão, milho e mandioca apenas para consumo. A produção é realizada em terrenos de 50 tarefas em média, o que representa 20 ha.

A aposentadoria e o benefício do Bolsa Família são as principais fontes de renda para diversas famílias quilombolas, o que explicita o cenário de escassez de fontes de renda e trabalho locais.

Na comunidade Lapinha, há plantação cenoura, beterraba e cebola, com irrigação, bem como plantações de mamona, milho e feijão em épocas de chuva, as quais têm sido raras. Nestas ocasiões conseguem vender o excedente da produção para atravessadores locais, principalmente de milho, mamona e feijão, enquanto plantam frutas e hortaliças para consumo. A área de produção das famílias da comunidade tem, em média, cerca de 10 ha.

As principais fontes de renda da população são a aposentadoria e o benefício do Bolsa Família, bem como as eventuais vendas do excedente da produção. A falta de fontes de renda foi apontada como um problema importante da comunidade, o que, como visto anteriormente, tem gerado um movimento de emigração de jovens do local.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-59 – Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Povoado Lapinha – América Dourada/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-60 – Comunidade Quilombola Canabrava – América Dourada/BA

Ainda neste trecho, importa destacar a situação fundiária específica do PA Recreio (km 64), onde o título da terra, segundo os assentados, ainda não foi repassado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No assentamento os lotes individuais têm entre 10 e 30 há., sendo que existe ainda uma área de uso coletivo com 33 ha., que é da associação do PA. A área total do assentamento é de 544 ha, segundo dados do INCRA.

O assentamento tem cerca de 20 anos, tendo sido antes uma fazenda improdutiva ocupada por famílias sem terra e transformado em Projeto de Assentamento a partir da ação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu, o qual acionou o INCRA.

Moradores relataram que a falta de água levou algumas famílias de assentados a abandonar o local, enquanto outras mantém áreas produtivas, mas residem em outros locais.

A principal produção no local é de mamona para venda, dificultada pela escassez de água, enquanto são também plantados feijão, milho, goiaba, mamão e banana para consumo. A renda da aposentadoria ou do Bolsa Família é complementada com as eventuais vendas de mamona ou milho. A mamona é vendida para a Petrobras por R\$ 82,00, o saco de 60 kg, enquanto o milho é vendido para atravessadores.



Fonte: Ecology Brasil, 2015



Fonte: Ecology Brasil, 2015

**Figura 2.2.4.4.7-61 – PA Recreio
– Morro do Chapéu/BA**

**Figura 2.2.4.4.7-62 - PA Recreio
– Morro do Chapéu/BA**

Por fim, na altura do km 72 da LT encontra-se o Povoado Espinheiro II, município de Morro do Chapéu. O local, antigamente, era fazenda de um coronel que tinha cerca de 10.000 ha. de terra, a qual foi dividida entre seus herdeiros e vendida.

Diferente do encontrado ao longo dos demais trechos da AEL, moradores informaram que algumas famílias têm ido morar no local, pois é propício para agricultura.

A produção local é voltada principalmente para a mamona, com irrigação, a qual é comercializada na sede do município de Cafarnaum/BA ou Irecê/BA, ou no próprio povoado. Produz-se, também, para consumo e venda tomate, cebola, alface, coentro, estes apenas com irrigação. Um saco de 60 kg de

mamona é, normalmente, vendido por R\$ 90,00, constituindo-se a sua comercialização na principal fonte de renda.

No local a estrutura fundiária contempla muitas fazendas com mais de 100 ha, embora existam, também, pequenas propriedades com menos de 10 ha.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-63 – Plantação de Mamona em Espinheiro II – Morro do Chapéu/BA



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-64 - Trator no Povoado Espinheiro II – Morro do Chapéu/BA

2.2.4.4.7.3 - Uso de Madeira

Ao longo de toda a área de estudo do empreendimento foi verificado que a população dos povoados, comunidades, assentamentos dentre outros, têm o costume de utilizar madeira apenas para consumo próprio. A madeira normalmente é coletada já morta nos próprios povoados, e utilizada para cercar áreas produtivas e pastagens, além de ser utilizada para fogões a lenha e casas de farinha, ainda, bastante comuns no sertão da Bahia.

Relatos de que não há mais madeira para ser utilizada, bem como da intensificação da fiscalização do IBAMA perante o corte e venda de madeiras ilegais, foram comuns ao longo de toda a campanha de campo.

Assim, na AEL do empreendimento, quando há necessidade de uso de madeira o mais comum é que se colem galhos de sua própria terra ou nas de vizinhos.

No Trecho 01 da AEL, no Povoado Buritizinho (km 225), em Buritirama/BA, moradores informaram que existia uma carvoaria na região, a qual foi fechada pelo IBAMA. Na sede do município existem

serralheria e madeireira. Ainda em Buritirama/BA, no Povoado Poço da Jurema (km 191) já existiu uma carvoaria que foi também fechada pelo IBAMA. Atualmente há uma serraria no local.

Em Parnaguá/PI, moradores do PA Piaçava informaram que existe uma carvoaria no município, próximo ao rio Parafá.

Nas sedes dos municípios de Gentio do Ouro/BA e Xique – Xique/BA existem serrarias que comercializam madeira que, segundo informado localmente, são procedentes do Pará e atravessam o rio São Francisco em caminhões.

No trecho 02 da AEL foi relatado por moradores locais que caminhões do Pará vendem madeira nas sedes municipais de Ipupiara/BA e Brotas de Macaúbas/BA.

Nos trechos 03 e 04 da AEL foi citado, principalmente, uso de Guaroba para lenha e cercas. Foi informado, ainda, que tal madeira pode ser comprada na sede de Morro do Chapéu/BA, Jussara/BA e João Dourado/BA. Foi verificada a existência de serrarias na sede do município de Ipupiara/BA e Gentio do Ouro/BA

2.2.4.4.7.4 - Infraestrutura na Faixa de Servidão

Conforme mencionado anteriormente o Termo de Referencia emitido para o desenvolvimento dos estudos ambientais pelo IBAMA, solicitada que seja apresentado o levantamento de edificações e principais benfeitorias existentes na faixa de servidão. Entretanto, a identificação e registro de todas as propriedades, edificações, benfeitorias e culturas existentes na faixa de servidão somente estará disponível na fase de Projeto Executivo do empreendimento, correspondente a etapa de licenciamento ambiental para obtenção da Licença de Instalação (LI) quando estará concluído o Cadastro Fundiário.

No entanto, de modo a identificar os potenciais impactos ambientais sobre os usos do solo foi realizado o levantamento de campo, acompanhando a diretriz do traçado, onde foram identificados os principais usos e ocupação presentes ao longo da faixa de servidão, permitindo, preliminarmente, a caracterização da ocupação neste corredor e as interferências com as atividades desenvolvidas pela população local, conforme descritas anteriormente, considerando a divisão por trecho das LTs, contempladas neste estudo.

2.2.4.4.7.5 - Paralelismo com outros empreendimentos lineares

A partir da base de dados do Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico (SIGEL), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foram verificados traçados de outras Linhas de Transmissão (LT) presentes na área de estudo do empreendimento aqui analisado, de modo a verificar locais com ocorrência de paralelismo ou cruzamentos da diretriz de traçado considerado nesta fase dos estudos ambientais.

Tal análise tem como objetivo identificar o potencial de sinergia de impactos nas propriedades afetadas pelo empreendimento. No entanto, esta análise tem caráter qualitativo e preliminar, já que a identificação e caracterização de todas as propriedades diretamente afetadas pelo traçado do empreendimento se darão em momento posterior, com a realização do Cadastro Fundiário, conforme mencionado no subitem anterior. Com os dados deste cadastro poderá ser empreendida a avaliação conclusiva quanto à possíveis restrições econômicas nas propriedades rurais, diante da presença de 02 ou mais empreendimentos em sua área, considerando o tamanho e tipo de uso destas propriedades.

Foi identificado paralelismo entre o empreendimento e a LT 500 kV Miracema – Sapeaçu nos municípios de Riacho Frio, Gilbués e Monte Alegre do Piauí, todos no Piauí. Tal paralelismo ocorre entre os km 14 e 64 do empreendimento aqui analisado, com distâncias entre 600 e 700 m entre os traçados de ambos os empreendimentos.

Trata-se de uma parte do Trecho 01 da AEL caracterizado por áreas rurais sem adensamentos populacionais diretamente afetados (Figura 2.2.4.4.7-65 e Figura 2.2.4.4.7-66).



Figura 2.2.4.4.7-65 - Paralelismo com a LT 500 kV Miracema – Sapeaçu em Gilbués (PI) e Monte Alegre do Piauí

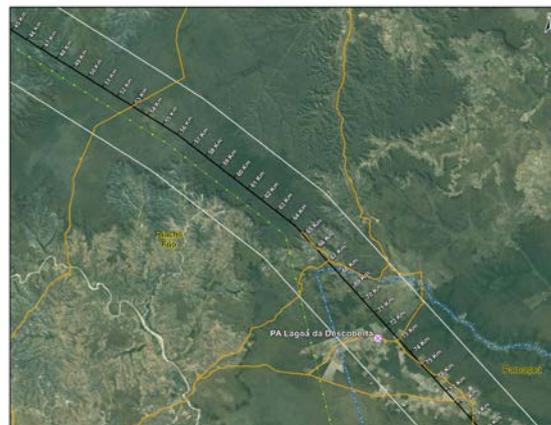


Figura 2.2.4.4.7-66 - Paralelismo com a LT 500 kV Miracema – Sapeaçu em Riacho Frio (PI)

Foi, também, identificada a presença de uma LT 230 kV existente, que faz a interligação da Barragem de Sobradinho, no município de Casa Nova (BA) até o município de Sítio do Mato (BA).

A LT cruza o empreendimento no município de Brotas de Macaúbas (BA), na altura do km 94,5, próximo ao Povoado Santa Cruz. O cruzamento, no entanto, ocorre numa área de pastagem próxima a uma estrada de terra (**Figura 2.2.4.4.7-67**).

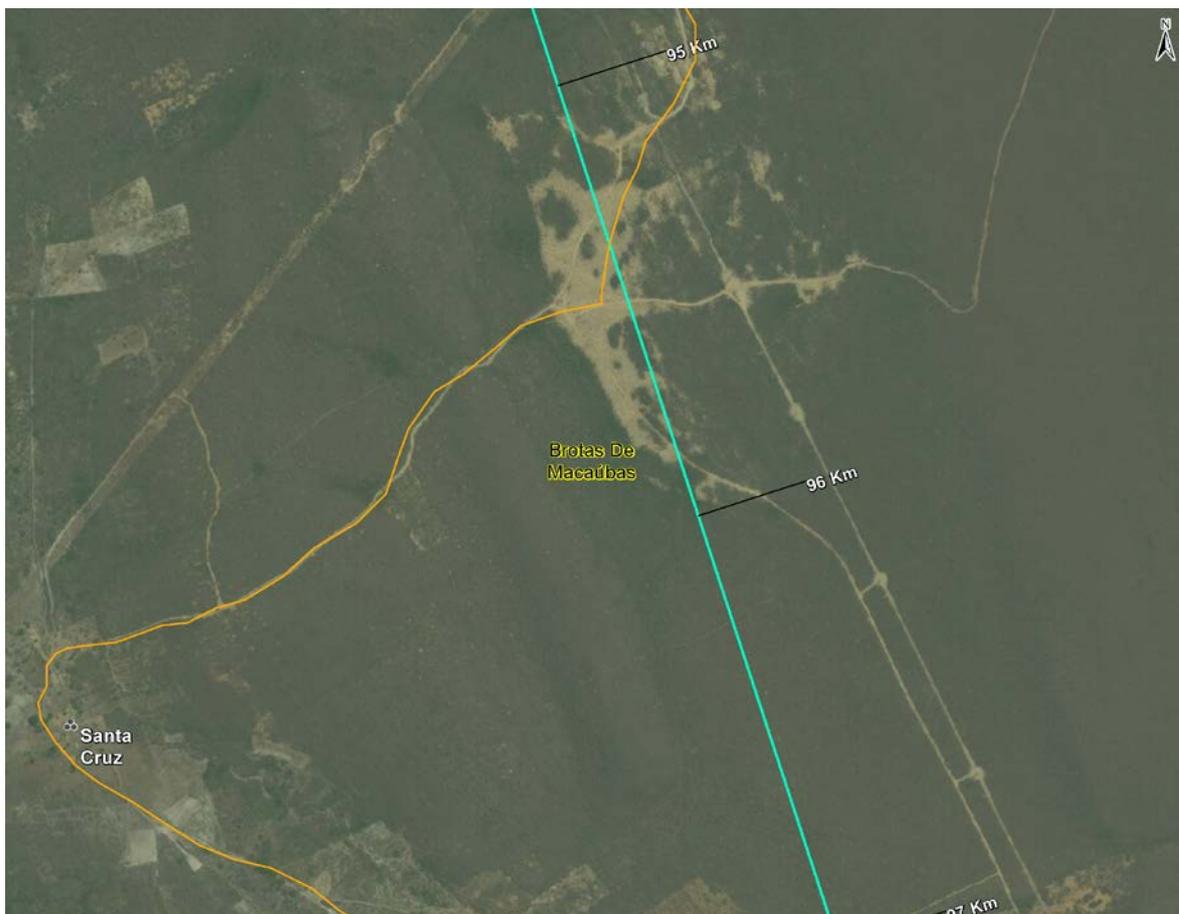


Figura 2.2.4.4.7-67 - Cruzamento com LT existente em Brotas de Macaúbas (BA)

Foi identificado paralelismo do empreendimento com a LT 230 kV Gentio do Ouro – Irecê na Fazenda Canadá, município de Central (BA) (**Figura 2.2.4.4.7-69**). A fazenda, que está situada na ADA do empreendimento foco do presente estudo, já teve, inclusive, uma casa removida em decorrência das obras da LT 230 kV Gentio do Ouro – Irecê, segundo o proprietário da fazenda.



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-68 - Placa da LT 230 kV Gentio do Ouro – Irecê em Central (BA)



Fonte: Ecology Brasil, 2015

Figura 2.2.4.4.7-69 - Torre da LT 230 kV Gentio do Ouro – Irecê na Fazenda Canadá em Central (BA)

2.2.4.4.7.6 - Restrições ao uso da Faixa de Servidão e Acessos

Em função da instalação de empreendimentos lineares, algumas atividades são incompatíveis com a faixa de servidão do empreendimento, considerando o desenvolvimento de atividades produtivas e, também, a presença de edificações e benfeitorias. No caso da LT 500 kV Gilbués II – Ourolândia II apresenta larguras variadas em função das características das torres adotadas no projeto, a saber.

- 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II..... 70 m
- 230 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas..... 43 m
- 500 kV Gentio do Ouro II – Ourolândia II..... 75 m
- 500 kV Ourolândia II – Morro do Chapéu II Entre 75 e 80 m²
- Seccionamento da LT 230 kV Senhor do Bonfim - Irecê 75 m³

2 Entre os km 0 e 70 da LT 500 kV Ourolândia II - Morro do Chapéu II a faixa de servidão será de 75 m de largura, enquanto que a partir do km 70 a faixa será de 80 m, conforme indicado a partir dos cálculos apresentados no documento 41-L000-0010 do Projeto Básico.

3 A largura de 75 m considera as 02 (duas) LTs, que seguem em paralelismo.

Importante ressaltar que as atividades aqui apontadas são fruto das campanhas de campo para o diagnóstico socioeconômico, com enfoque mais qualitativo, considerando uma diretriz de traçado cuja viabilidade ambiental encontra-se em avaliação. Assim, as informações apresentadas neste item são preliminares, já que o traçado do empreendimento tende a ser otimizado nas etapas seguintes do processo de licenciamento ambiental. As restrições a serem impostas, em função da incompatibilidade de uso e ocupação com a operação da LT, somente serão definidas em etapa posterior a esse estudo, quando da execução do Cadastro Fundiário e da microlocalização do traçado.

O **Quadro 2.2.4.4.7-13** apresenta uma síntese dos usos proibidos e permitidos na faixa de servidão.

Quadro 2.2.4.4.7-13 - Usos proibidos e permitidos na Faixa de Servidão da LT.

Restrições	Usos
Usos Proibidos	Culturas com elementos de grande porte, como silvicultura.
	Culturas que facilitem a ocorrência de queimadas, como cana-de-açúcar.
	Casas, currais ou quaisquer outras benfeitorias;
	Depósitos de materiais inflamáveis e/ ou explosivos
	Áreas recreativas, industriais, comerciais e culturais
	Instalações elétricas e mecânicas;
	Pivô Central
Usos permitidos	Culturas de cereais, horticultura, floricultura e fruticultura de espécies de pequeno porte que não ultrapasse a 3 metros.
	Pastagem
	Depósitos sem coberturas para materiais não inflamáveis e, ou, não explosivos, desde que não eletrificados
	Implantação de vias respeitando a distância mínima de segurança

A partir do trabalho de campo para caracterização do meio socioeconômico da Área de Estudo Local (AEL) foi identificado que, de modo geral, as atividades produtivas principais são a lavoura de milho, de Feijão, criação de bovinos, lavoura de mandioca, produção de farinha de mandioca, criação de galináceos, lavoura de mamona, criação de ovinos, plantação de capim e criação de caprinos. Considerando estas características identificadas em campo, as principais atividades produtivas realizadas na AEL não são incompatíveis com a presença da Faixa de Servidão do empreendimento. As restrições tendem a ser pontuais, referentes à presença de benfeitorias, edificações ou produções localizadas, que apenas serão identificadas pelo Cadastro Fundiário de todas as propriedades diretamente afetadas.

Em relação aos acessos existentes ao traçado do empreendimento, o **item 2.2.4.4.3 - Transporte** traz uma relação dos acessos potencialmente utilizados para construção da LT, tendo como critério aqueles

que ligam núcleos urbanos e sedes municipais ao traçado do empreendimento. Conforme apontado no item supracitado, ao longo do traçado da LT seus acessos são utilizados pela população local de diversos povoados, comunidades fundo de pasto, comunidades quilombolas, projetos de assentamento, dentre outras. Como apontado no **item 2.2.4.2.2 - Levantamento Socioambientais numa Perspectiva Educativa**, foram identificadas 53 unidades escolares situadas às margens das vias de acesso ao traçado ou a menos de 01 km do traçado da LT. Não foram identificadas restrições aos acessos, embora estes apresentem sensibilidade pela circulação da população local e pela ocupação às suas margens. Estradas vicinais e de terra serão os principais acessos à faixa de servidão durante as obras e operação do empreendimento, e ao longo destas estradas estão situados diversos povoados rurais, como exposto no **item 2.2.4.4.3 - Transporte**.